



Mensal | Abril 2015 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 192

☞ PALMELA

CS QUINTA DO ANJO
Requalificar Centro
de Dia é urgente

☞ VILA REAL

LAR NOSSA SENHORA DAS DORES
Desde 1882 a cuidar
de idosos

☞ VILA REAL

APPACDM SABROSA
Lar Residencial
é ambição

AG

Contas de 2014
aprovadas por
unanimidade

PACTO DE CONFIANÇA

Setor Solidário
em sintonia



JOÃO CARLOS DIAS, PRESIDENTE-ADJUNTO DA CNIS

A CNIS não pode perder o futuro

Na entrevista que deu ao Solidariedade há três anos, quando assumiu as funções de presidente-adjunto da CNIS, João Carlos Dias dizia ter mais vocação para adjunto do que para presidente. Agora que a confiança foi renovada, para mais um mandato, o dirigente da Confederação admite que a natureza do cargo exige-lhe mais enquanto substituto e representante do padre Lino Maia. E, apesar de preferir os bastidores, diz que não se tem dado mal com a ribalta, quando é preciso. João Carlos Dias, 53 anos, vogal da direcção da APPACDM de Lisboa, sublinha a importância da lista de comunhão das últimas eleições se transformar numa equipa coesa e solidária em prol da CNIS. Os novos elementos da direcção estão em fase de adaptação a uma estrutura muito dinâmica e embrenhada em processos fundamentais para o futuro do setor. De resto, este é um tempo de ameaças e desafios.

A CNIS não pode perder o lugar.

UDIPSS DO PORTO, AVEIRO E CASTELO BRANCO

Novos órgãos sociais eleitos

UDIPSS-PORTO

A única lista apresentada a sufrágio foi eleita por 67 votos e ficaram assim constituídos os novos Órgãos Sociais da UDIPSS-Porto:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Mário Augusto de Oliveira Dias (APPACDM de Vila Nova de Gaia –V. N.Gaia)

1.º Secretário: Américo J. Costa Ribeiro (Obra Diocesana de Promoção Social)- Porto

2.º Secretário: Teresa P. Machado da Costa (Centro Social Paroquial de Frazão) -Paços de Ferreira

DIRECÇÃO

Presidente: José Lopes Baptista (Centro Social das Antas) - Porto

Vice-Presidente: Rui Brito Castro (Venerável Irmandade N.a S.a Terço e Caridade do Hospital do Terço) - Porto

Tesoureira: Maria José da Costa Miranda Menezes (Fundação Couto) – V. N. Gaia

Secretário: Eduardo Jorge de

Medeiros Pinto (Infantário Creche “O Miúdo”) - Amarante

Vogal: Joaquina Patrício Fernandes Inácio (Centro Social de Ermesinde) -Valongo

1.º Suplente: João Amorim Costa (Associação Solidariedade Social O Tecto) – Vila do Conde

2.º Suplente: Jorge Manuel Lima Pinto Mayer (Centro Comunitário São Cirilo) - Porto

3.º Suplente: Jaime Germano Ferreira Teixeira (APPACDM da Maia) - Maia

CONSELHO FISCAL

Presidente: Amadeu José Branquinho Mota (Associação “De Mãos Dadas”) - Gondomar

1.º Relator: Manuel António M. Teixeira (Fundação Santo António) – Marco de Canaveses

2.º Relator: José António Ferreira Couto (Centro Social Paroquial Senhora do Calvário) - Porto
Suplente: Firmino Antunes Magalhães (Centro Social Paroquial Imaculado Coração de Maria de Irivo) Penafiel

UDIPSS-AVEIRO

No dia 23 de Março, uma única se apresentou a escrutínio, cuja Direcção é presidida pelo Dr. Lacerda Pais, obteve 103 votos. Os novos Órgãos Sociais ficaram assim constituídos:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João Carlos Maia Marques (Florinhas do Vouga)

Secretário: Maria Helena Pinto Barbosa de Matos (Centro Ambiente Para Todos)

Secretário: Alberto Oliveira Malta (CASTIIS - Centro Assistência Terceira Idade Infância de Sanguêdo)

DIRECÇÃO

Presidente: Carlos Alberto Lacerda Pais (Centro Comunitário de Vera Cruz)

Vice-Presidente: Rogério Neves Henriques (Centro Social Paroquial de Argoncilhe)

Secretário: Mário dos Santos Martins Júnior (Comissão Apoio

Desenvolvimento Santa Catarina)

Tesoureiro: João Albino da Cruz Pericão (Fundação Padre Félix)

Vogais: José Carlos Antunes Arede (Associação de Pais de Mourisca do Vouga - Os Pioneiros); José Maria Soares (Creche Albino Dias Fontes Garcia); Mário Alexandre de Figueiredo Ribeiro - (LAAC- Liga dos Amigos de Aguada de Cima)

CONSELHO FISCAL

Presidente: Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira (Associação de Solidariedade de Alquerubim) **Vogal:** Sara Alexandra Reis Rocha (Centro Social de Azurva)

Vogais: António José Mota Rodrigues (Centro Social Paroquial da Borralha); João António da Silva Leite (Associação de Melhoramentos Pró Outeiro)

Vogal Suplente: José Silva Ferreira (Associação Social de Desenvolvimento de Vila de Anta)

Relatório de atividades

4 de Março, Fátima, Reunião do Conselho Geral da CNIS. Entre os diversos assuntos tratados, destaque para a constituição de um grupo de trabalho que preparará a revisão dos estatutos da CNIS. O Grupo de trabalho é constituído pelo Pe. Lino Maia (presidente da CNIS), José Carlos Batalha (UDIPSS Lisboa), Pe. José Baptista (UDIPSS Porto), Fernando Sousa (UDIPSS Setúbal), Manuel Lomba (UDIPSS Braga) e ainda Gil Tavares (Federação Paralisia Cerebral). Foi ainda aprovado pelos presentes a candidatura da UDIPSS de Évora à organização da Festa da Solidariedade de 2015, que assim, depois do Porto, rumo ao Alentejo e um Encontro de assessores das UDIPSS para certar critérios de informação junto das associadas.

5 de Março, Coimbra. Encontro Apresentação do Protocolo de Cooperação 2015/16, das Circulares 4 e 5 e do Dec. Lei no 172-A/2014. Estiveram presentes, entre dirigentes e técnicos, mais de 300 representantes das IPSS associadas dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Viseu. Em Abril, a Conferência Episcopal Portuguesa aprovará o modelo de estatutos para os Centros Sociais Paroquiais.

10 de Março. Reunião com a FEPCES. A CNIS fez-se representar na reunião por João Dias, José Casaleiro e Henrique Rodrigues.

12 de Março, Vila Real. Encontro Apresentação do Protocolo de Cooperação 2015/16, das Circulares 4 e 5 e do Dec. Lei

no 172-A/2014.

20 de Março. Seminário intitulado “Boas Práticas em Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Risco”. A CNIS esteve representada na Sessão de Encerramento pela Vogal da Direcção, M^a Conceição Marques, e Filomena Bordalo na qualidade de Moderadora dos Workshops 1 “Preparação da Autonomia” e no 2 “Participação Ativa”.

25 de Março. Sessão informativa - UDIPSS GUARDA. Decorreu no Grande Auditório do Instituto Politécnico da Guarda e participaram como oradores para além do Presidente da União, Dr. Rui Manuel Reis Pais, (Compromisso) o Centro distrital de Seg. Social da Guarda, Dr. Jorge Pedro Jesus (norma 4 e 5) e ainda da Dra. Maria do Rosário Libano Monteiro (Dec. Lei 172-A). Estiveram presentes 249 pessoas de 217 instituições.

26 de Março, Évora. Encontro Apresentação do Protocolo de Cooperação 2015/16, Circulares 4 e 5 e Decreto-Lei no 172-A/2014. Participaram 251 representantes de 121 IPSS dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal.

27 de Março, em Fátima. 2º Seminário do Projeto VIDAS. Este Encontro teve o propósito de transmitir o trabalho desenvolvido e apresentar alguns dos resultados do projeto VIDAS - Valorização e Inovação em Demências. A CNIS fez-se representar por Eduardo Mourinha, membro do Conselho Fiscal da CNIS.

UDIPSS-CASTELO BRANCO

No dia 21 de Março, a única lista apresentada a escrutínio obteve 22 votos, isto é, eleita por unanimidade dos votos expressos.

As eleições decorreram nas instalações do Centro de Formação da Carapalha da APPACDM de Castelo Branco. Na Cerimónia de Tomada de Posse estiveram presentes, várias entidades, destacando-se o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Luís Correia, o Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares, Dr. José Alberto Duarte, o Diretor do Centro Distrital da Segurança Social, Dr. António Melo Bernardo e o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Comendador Joaquim Morão e Vice-presidente da CNIS Dr. João Dias. Ficam assim constituídos os Órgãos Sociais da UDIPSS:

MESA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Luís de Brito Rocha (Lar de São José)

1º Secretário: Artur José Ascensão

Fazenda (Centro de Assistência Social do Tortosendo)

2º Secretário: Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Centro Social e Comunitário do Peso)

DIRECÇÃO

Presidente: Maria de Lurdes B. Póvoa Pombo Costa (APPACDM Castelo Branco)

Vice-Presidente: Padre José Sanches Pires (Centro Social Padres Redentoristas)

Tesoureiro: José Augusto Rodrigues Alves (Centro Social Amigos da Lardosa)

Secretário: Florentino Vicente Beirão (Lar Major Rato)

Vogal: António Ramos Pedro Natário (Centro Social Padre Tomás D’ Aquino Vaz Azevedo)

CONSELHO FISCAL

Presidente: Maria Alcina Domingues Cerdeira (Centro Assistência Cultural e Formativa do Fundão) **Vogal:** Celestino Trindade Custódio (Centro Social Padre Tomás D’ Aquino Vaz Azevedo)

2º Vogal: Carlos Manuel Gomes Jerónimo (Associação Solidariedade Social Freguesia de Silveiras)



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Comunhão e Representação

Foto: D.R.



1. Há palavras que exprimem totalidade. Beleza, justiça e verdade possuem tal força. Uma dessas poucas palavras grandes e absolutas é comunhão. Será possível viver sem dinheiro ou bens, mas não se vive sem estar em comunhão com algo e, sobretudo, com alguém. E, parafraseando, uma máxima, a comunhão faz a força.

Precisamente porque é palavra do existir humano, a comunhão também deve ser palavra da liderança e da representação do setor social e solidário.

Quando, há uns bons anos, no exercício da cidadania ou movidos pela fé, homens e mulheres da solidariedade social partilharam o seu saber e a sua arte para se unirem numa organização que liderasse o setor e o representasse, logo ela foi “concebida” como organização livre e isenta e, simultaneamente, como organização plural e congregadora. Foi querida como organização de crentes e de não crentes para que uns nos outros fossem coraçados. Não propriamente para se protegerem a si próprios, mas para, potencialmente, representar o agir, o idealizar, o querer e o sentir de todas e de todos quantos ao longo dos tempos viessem a incorporar os valores da solidariedade e do serviço.

Assim, desde a sua conceção, a CNIS (inicialmente sob a designação de União), se afirmou pela sua dedicação à causa, pela frontalidade, pela independência e pela lealdade na relação. Assim também cresceu como o elo unificador de respostas de integração social e comunitária, de apoio à infância e à juventude, de proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de deficiência e de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, de educação e formação profissional, de resolução de problemas habitacionais das populações e de iniciativas de promoção da saúde. Sob o símbolo das mãos que se agarram mutuamente numa

proteção estável, está todo um mundo de instituições de origem e natureza tão diversificada como o são as associações, cooperativas e fundações de solidariedade social, as casas do povo, as misericórdias, as mutualidades, os centros sociais paroquiais e os institutos de organizações religiosas.

Se as instituições ligadas à Igreja Católica (de ereção canónica) têm um peso significativo no seu seio (cerca de 41%), elas, porém, não são a sua maioria. Nem isso é suficientemente importante: a CNIS incorpora aquela parcela de “soberania” e de auto decisão de que todos abdicam em favor da causa comum... No serviço jamais se desenvolve a apetência pelo trono.

2. Trinta e quatro anos parece ser um tempo razoável de casuística para aferição de resultados da implantação de qualquer coisa. Nada que seja totalmente ruim sobrevive tanto tempo. Também o tempo não será necessariamente transitório. O fio condutor tem a ver com os valores que o coletivo vai sedimentando como seus ao longo dos tempos, não só através da palavra ou

do pensamento, como também, e sobretudo, através dos atos. A matriz do modo de viver esse tempo pode e deve ter características de perpetuidade.

Sempre foi muito importante e muito afirmativo o setor social e solidário. Porém, os últimos anos confirmaram-no definitivamente. Para além de muitos e bons passos dados num ritmo sempre ascendente, agora o setor subscreveu um compromisso de cooperação pluriministerial, tem competências de concertação estratégica, acomoda estrategicamente o regime jurídico da cooperação e reconhece-se num enquadramento legal dotado de uma lei de bases. E, privilegiando aqueles que deve privilegiar, serve mais e serve melhor.

A CNIS tem sido uma das três vozes do sector social e solidário. Não disputa preponderância, mas pelo que se vê, ouve e lê, não se pode ignorar que é uma voz credível. Voz a que todos dão vez, mesmo que a CNIS não se “aprume” para se fazer audível. Voz onde todos têm vez. E pela sua liberdade, isenção e credibilidade, também sempre é ouvida a sua voz e lhe é dada vez para

definir enquadramentos, marcos e rumos. Enquanto organização plural e enquanto organização congregadora.

No seu seio as instituições da Igreja e todas as outras instituições estão como devem estar: em comunhão.

3. Pela voz que é e pela vez que já não precisa de reivindicar para ter, pode ser alimentada a tentação de fazer da CNIS uma espécie de “barriga de aluguer” ou “incubadora” para o surgimento de outras organizações representativas. Quer porque pode ser sedutora a ideia de criar mais uma união ou uma união a mais, quer porque há “famílias” de instituições: associações, cooperativas e fundações de solidariedade social, casas do povo, misericórdias, mutualidades, centros sociais paroquiais e institutos de organizações religiosas. Criando mais uniões, mais troncos serão erguidos para príncipes desencantados.

Dividir para reinar não pode ser o móbil de quem faz do serviço o seu “modo de vida”. Muito menos de quem já precisou da comunhão para sua afirmação. Depois, a Solidariedade nem sobrevive nem coexiste harmonicamente com guetos ou em círculos fechados. Muito menos com organizações debruçadas sobre si mesmas. Para além de que mais facilmente reina e amplia o seu império quem ao seu lado contempla um reino dividido.

Num país que vive o drama da exclusão faz sofrer que aqueles ou aquelas que deviam por convicção de vida criar a verdadeira coesão social possam vir a ser instrumento fraturante na construção da cidade. Unir, congregar, num diálogo de verdade e de reta intenção, permitirá que a Solidariedade não seja parte mas o todo de um Portugal mais coeso, mais justo e mais participativo, em que a cidadania seja vivida e partilhada tendo o Bem Comum como fim que a todos irmana. Em comunhão.

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José da Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

Grande adesão das IPSS às sessões explicativas

Coimbra, Vila Real e Évora foram as cidades escolhidas pela Direção da CNIS para fazer, ao longo do mês de Março, a apresentação do Compromisso de Cooperação para o Setor Social 2015-2016 e da Circular n.º 5 da Direção-Geral da Segurança Social de 23/12/2014 e ainda da Circular n.º 4 da DGSS de 16/12/2014.

Com a colaboração das Uniões Distritais dos respetivos distritos, a Direção da CNIS delegou nos assessores Filomena Bordalo e Henrique Rodrigues a tarefa explicativa.

As três sessões tiveram grande adesão das IPSS, sedentas em melhor perceber o que o novo documento assinado com o Governo e que pela primeira vez integra, para além do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, os ministérios da Saúde e da Educação e Ciência.

Numa primeira fase das sessões explicativas, Filomena Bordalo apresentou os Compromissos Transversais do Compromisso de Cooperação: Articulação intersectorial; Portugal 2020; Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS); Representatividade nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Fiscalização e monitorização; Comissão Permanente do Setor Solidário; Modelo Único de Cooperação.

Seguiu-se a explicação setorial dos compromissos assumidos nas diferentes áreas que estão inscritas no Compromisso

de Cooperação para o Setor Social, a saber: Segurança Social, Emprego e Formação Profissional, Saúde e Educação. Nesta fase, foram explicadas algumas alterações a ser introduzidas na forma como se regem algumas das respostas sociais e as negociações que estão em curso.

Relativamente à Circular n.º 4 da DGSS (Regulamento das comparticipações familiares devidas pela utilização dos serviços e equipamentos sociais, com acordo de cooperação) foram prestados diversos esclarecimentos, nomeadamente que: as comparticipações familiares regem-se por regulamentos aprovados pela IPSS, com exceção de alguns pontos; na ausência da regulamentação relativa a esta área em regulamento interno da resposta social, o cálculo das comparticipações familiares rege-se pelas orientações da Circular; desta aplicação não podem resultar aumentos superiores a 5% dos valores das comparticipações resultantes dos critérios anteriores; a entrada em vigor a 25 de abril de 2015 ainda está pendente; e é aplicável apenas aos utentes abrangidos por acordo de cooperação.

Os documentos utilizados nas sessões de esclarecimento sobre o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e as Circulares n.º 4 e n.º 5 estão disponíveis no sítio da CNIS na internet para consulta dos interessados.



SITE DA CNIS

Disponíveis Regulamentos Internos e Contratos de Prestação de Serviços

As IPSS têm a solidariedade como valor nuclear da sua ação e como razão de ser. A preocupação com os outros, com prioridade aos que correm mais riscos e aos que se encontram em situações de maior vulnerabilidade, fundamenta a própria existência das IPSS. A necessidade de responder a necessidades sociais e individuais infinitas com recursos finitos exige das IPSS, organização, rigor, disciplina, transparência e práticas eficientes de gestão, sem nunca esquecer o objetivo principal da sua constituição – a preocupação com os outros. A sustentabilidade financeira tem sentido, apenas como instrumento para garantir mais e melhores respostas às necessidades que se apresentam. É neste quadro que a CNIS promoveu a elaboração de modelos para os Regulamentos Internos (RI) e Contratos de Prestação de Serviços (CPS) para algumas respostas sociais, e

que agora disponibiliza, a saber: Área da Infância: 1. Creche 2. Jardim de Infância; Área da 3ª Idade 1. ERPI 2. Centro de Dia 3. Serviço de Apoio ao Domicílio; Área da Deficiência 1. Lar Residencial

Estes documentos, indispensáveis para a transparência do funcionamento de cada resposta social e para o relacionamento com utentes e famílias, são instrumentos de gestão exigidos pelos serviços da Segurança Social. Ao disponibilizar modelos para a elaboração dos Regulamentos Internos (RI) e dos Contratos de Prestação de Serviços das respostas sociais que desenvolvem, considera a CNIS prestar um serviço às IPSS associadas.

Procurou-se respeitar a identidade e a autonomia das IPSS, pelo que cada uma deverá adequar/completar o modelo de Regulamento Interno (RI) e do Contrato de Prestação de Serviços à sua realidade.

Importa, no entanto, manter e destacar valores que norteiam e dão razão à ação que se desenvolve, nomeadamente a consideração e respeito pela dignidade da pessoa, a individualização, a confidencialidade, a participação, a educação e capacitação, que terão expressão na diversidade dos cuidados e serviços, mas essencialmente na forma e intencionalidade com que são prestados.

Sessões de Apresentação dos Modelos de Regulamentos Internos e Contratos de Prestação de Serviços das respostas Sociais: Creche, Jardim de Infância, Centro de Dia, ERPI, SAD e Lar Residencial. Dia 13 de Abril em Fátima; Dia 14 de Abril no Porto; Dia 17 de Abril no Sul, em local a designar.

CANDIDATURAS A FUNDOS EUROPEUS

Os investimentos das IPSS nos

próximos anos, quanto às grandes infraestruturas, como obras de raiz, ampliações e remodelações de instalações, são de vital importância para o seu desenvolvimento. Ainda não estão definidos todos os regulamentos para se saberem os critérios de elegibilidade dos investimentos.

Cada zona do País terá condições diferenciadas, conforme os programas operacionais. A Direção da CNIS e os seus assessores estão a reunir informação neste domínio para dispor dos meios necessários para apoiar e ajudar no esclarecimento e na preparação das candidaturas.

Prevê-se a realização de sessões técnicas de informação sobre o acesso das IPSS's, nas várias zonas do país. Até lá, não será conveniente assumir compromissos com outras entidades ainda sem raízes sólidas no conhecimento das regras.

PACTO DE CONFIANÇA

Setor Social Solidário reforça parceria

CNIS, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas firmaram, no passado dia 7 de Março, um «Pacto de Confiança – Declaração do Porto», documento em que as três organizações do Setor Social Solidário consagram e reforçam o seu empenho na construção de um Portugal melhor para todos.

O ato decorreu no final do segundo dia de trabalhos do I Encontro Nacional de Instituições de Solidariedade, cujo tema foi «Na defesa do Estado Social – Um Por Todos, Todos Por Um», que se realizou no Centro de Congressos da Alfândega do Porto.

Antes, o padre Lino Maia sublinhara a importância de se “caminhar para uma plataforma única de cooperação”, lembrando ser necessário “uma voz, um interlocutor, um caminho, um futuro”.

O presidente da CNIS, que falava num painel que contou ainda com Paulo Moreira (União das Misericórdias) e Jani Silva (União das Mutualidades), começou por referir alguns números que demonstram a importância das instituições de solidariedade no panorama do Porto e do País, lembrando algumas das características que distinguem as IPSS do resto das organizações privadas. Depois de lembrar que “um Estado forte não é um Estado que tem que fazer tudo”, o padre Lino Maia sustentou que “o Estado tem que assumir a universalidade dos direitos”, pelo que “é importante situar a cooperação”.

“Ainda há caminho a percorrer, porque cooperação é mais do que subsídio. Cooperação é definição de competências”, afirmou, alertando: “Cooperação vai para além do Estado central e temos andando alheados, pois é fundamental cooperar com as autarquias”.

Olhando ao futuro, o líder da CNIS defendeu que “é fundamental abandonar a subsídio e abraçar o espírito da cooperação” terminando com um apelo em jeito de aviso: “E que abandonemos o espírito de quintinha”.

O I Encontro Nacional de Instituições de Solidariedade foi encerrado pelo ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, que uma vez mais reiterou o empenhamento do Estado em cooperar com as organizações do Setor Social Solidário, recordando muitas das medidas adotadas pelo Governo nesse sentido. Mota Soares aproveitou a ocasião para recordar que o Governo vai contratualizar Acordos de Cooperação com as instituições que construíram equipamentos no âmbito do POPH.

Da parte da manhã, o encontro da

Alfândega do Porto teve a sua vertente mais político-partidária, com a presença de diversos representantes de quase todos os partidos com assento parlamentar. Paulo Portas (CDS/PP), José Matos Correia (PSD), Manuel Pizarro (PS) e Pedro Filipe Soares (BE) protagonizaram uma sessão muito interessante. Augusto Mateus, Joaquim Borges Gouveia, Luís Miguel Ribeiro e o presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, foram outros intervenientes do evento. Na abertura, o encontro contou com a presença de Agostinho Branquinho, secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.

DECLARAÇÃO DO PORTO

No Pacto de Confiança assinado pelos presidentes das três organizações representativas do Setor Social Solidário – padre Lino Maia (CNIS), Manuel Lemos (União das Misericórdias Portuguesas) e Luís Alberto Silve (União das Mutualidades Portuguesas) –, e que fica para a história como a Declaração do Porto, «declaram a sua firme disponibilidade em continuar a cooperar com o Estado, com as autarquias locais e com a sociedade civil no desafio da construção de uma sociedade mais inclusiva, mais solidária e geradora de maior riqueza», pode ler-se, prosseguindo:

«Fazemo-lo na convicção que só através da ação de um Setor Social Solidário coeso e organizado foi possível Portugal poder ultrapassar, com sucesso, o ciclo de reajustamento financeiro, de crise social e de grande austeridade económica. Cientes que a construção de uma nova geração de políticas públicas, nas áreas sociais, da saúde e da educação, implicam a oportunidade de assumir novas formas de organização com consequências no quotidiano e na qualidade de vida de todos os portugueses, nomeadamente em face do aumento da esperança de vida, da baixa da natalidade, do novo papel da família e da dignidade e da cidadania, entendemos fundamental e decisivo: 1 - propor à sociedade civil, aos atores políticos e aos portugueses, em geral, um Pacto de Confiança; 2 - este Pacto de Confiança visa fixar um encontro com a História na afirmação de um conjunto de valores que o Povo português soube desenvolver e cultivar ao longo da sua existência, assumindo como seus a solidariedade e o espírito de missão ao serviço dos mais desprotegidos, aos quais se parece querer sempre negar uma simples oportunidade de ter um projeto de vida. As instituições do Setor Social Solidário e as atividades que



desenvolvem no quadro da Lei de Bases da Economia Social, recorde-se, aprovada por unanimidade, são estruturantes e fundamentais para que o futuro de Portugal e dos portugueses esteja ao alcance do nosso destino coletivo. Decidimos ainda recomendar a todos os partidos políticos que assegurem, de forma inequívoca, o modelo de articulação em rede e de proximidade que potencie as capacidades que a economia social pode acrescentar no contexto de um Estado que todos desejamos melhor, visto

o histórico de cooperação com todos os governos constitucionais da República e o trabalho desenvolvido por estas Instituições, pelos seus inúmeros colaboradores e pelos milhões de beneficiários que servem. 3 - seguros que ninguém pode ficar indiferente aos propósitos inumerados, as organizações signatárias manifestam a vontade de estabelecer com a urgência exigida pela sociedade as bases de cooperação concretas de médio e longo prazo que permitam a concretização destes desígnios».

ASSEMBLEIA GERAL

CNIS unida na indignação

A CNIS reuniu-se, no passado dia 14 de Março, em Fátima, naquela que foi a mais serena e consensual Assembleia Geral dos últimos anos. A prova disso foi a aprovação por unanimidade do Relatório de Atividades e Contas de 2014.

As 109 instituições presentes uniram-se ainda no voto de indignação e de solidariedade, proposto pela presidente da Mesa da Assembleia Geral, Manuela Mendonça, pela situação em que se encontra o Centro Social de S. Brás do Samouco (CENSA), concelho de Alcochete, e que o SOLIDARIEDADE deu conta na sua última edição de Março.

Paulo Machado, presidente do CENSA, relatou à assembleia os últimos desenvolvimentos que apontam para o fecho iminente da instituição. Um ultimato da Autoridade Tributária e Aduaneira, que intima a instituição a entregar, no prazo de 15 dias, o edifício-sede onde labora ao seu novo proprietário. Há um ano e meio, em hasta pública, o imóvel foi vendido por 50 mil euros, por uma dívida de cerca de 65 mil euros, mas o novo dono exige no mínimo 200 mil euros. Paulo Machado apelidou a atitude do proprietário de “agiotagem”, sentimento acompanhado pela assembleia.

O presidente da UDIPSS Setúbal, Fernando Sousa, anunciou a intenção de solicitar uma reunião urgente com a diretora do Centro Distrital da Segurança Social do distrito, que há bem pouco tempo lhe disse ser o CENSA “um caso de sucesso” e que “não iria cair”.

O padre Lino, por seu turno, voltou a disponibilizar os recursos da CNIS no apoio à instituição, o que vem acontecendo desde que o processo de recuperação da mesma se iniciou.

Outras questões foram levantadas por

representantes das instituições presentes, como a da subsídio dos dependentes de 2º grau, a do IVA das refeições a terceiros e ainda a do fundo de apoio económico e social. Em resposta, o presidente da CNIS informou que já na próxima reunião da Comissão Permanente do Setor Solidário, instigando as instituições a relatarem à CNIS os problemas, para que nesse fórum privilegiado os possa colocar a debate e resolução.

SALDO NEGATIVO

Relativamente aos dois documentos levados a votação pela Direção à Assembleia Geral, de realçar o facto de a CNIS ter fechado o ano de 2014 com um saldo negativo de cerca de 41 mil euros, valor justificado pelo tesoureiro Eleutério Alves com algumas ações de formação não financiadas e ainda com as obras realizadas na nova sede da CNIS, na rua da Reboleira, no Porto, e algum equipamento e mobiliário adquirido para a mesma.

Por outro lado, sobre o Relatório de Atividades de 2014, o presidente-adjunto João Dias destacou alguns pontos importantes do trabalho da CNIS ao longo do ano transato, para o qual foram definidos quatro objetivos estratégicos: 1 - Afirmar o Setor Social Solidário na preservação da sua natureza e autonomia, reforçar a coesão e a rede nacional de solidariedade; 2 - Apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária e na promoção de formas complementares de financiamento, a fim de assegurar, com sustentabilidade financeira, a intervenção de proximidade com qualidade e inovação; 3 - Contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários; 4 - Representar as



IPSS e promover as negociações com as entidades do poder central e local, indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações.

Entre as inúmeras ações levadas a efeito em 2014, João Dias destacou a realização do Congresso da CNIS «Solidariedade: Novos Caminhos, Valores de Sempre», a promoção do «Roteiro do

Emprego», que abrangeu 493 IPSS, a elaboração e assunção do manifesto «IPSS amigas do envelhecimento ativo», promoção da «Plataforma do Empreendedor», a realização do FAS3 e a promoção de todo um trabalho em torno da violência doméstica, entre muitas outras.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



CENSA tenta resistir

Apesar do ultimato da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA) para que o CENSA entregue o edifício-sede ao legal proprietário, o presidente da instituição do Samouco, Paulo Machado, revelou ao SOLIDARIEDADE que ainda se está a fazer tudo para que a cedência do equipamento não aconteça.

A ATA, agora ciente de que se trata de uma IPSS está a tentar que a solução mais radical não aconteça, apesar de ser pressionada pelo agente imobiliário que

adquiriu o edifício em hasta pública. Têm existido contatos entre a ATA e o CENSA para que se encontre uma solução.

Para já, o CENSA vai lançar uma campanha de angariação de fundos, prepara as Contas de 2012 e 2013, para poder estar em condições legais de se candidatar ao Fundo de Socorro Social e vai acolher, nas suas instalações, uma reunião da Comissão Local de Ação Social de Alcochete, na qual estará também presente a Direção de Finanças de Setúbal.

I ENCONTRO

Acolhimento de crianças e jovens em risco

«Boas Práticas de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Risco» foi o mote para o primeiro encontro promovido pelo Centro Juvenil de S. José que decorreu na Plataforma das Artes e do Espetáculo, em Guimarães, no passado dia 20 de Março, e que marcou o arranque das comemorações dos 100 anos da instituição vimaranense.

Neste I Encontro pretendeu-se promover a reflexão sobre as práticas adotadas pelas instituições de acolhimento de crianças e jovens, muito em especial no que se faz e como se faz e ainda o que se conseguiu alcançar com a intervenção das instituições sociais.

Com um vasto programa de trabalho, em que participaram mais de 70 pessoas, na maioria técnicos de instituições que integram Lares de Infância e Juventude (LIJ) e Centro de Acolhimento temporário (CAT), a parte da manhã foi dedicada a quatro workshops, que versaram os temas: «Preparação da Autonomia», por Gabriela Nunes e Diana Teixeira, da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL); «Participação Ativa», por Carla Oliveira, do Centro Juvenil de S. José, Sofia Lage, da Fundação EDP, e ainda de um jovem que deu o seu testemunho sobre o projeto «Assembleia de Jovens»; «Qualidade Estrutural do Acolhimento», por Arminda Timóteo e Patrícia Correia, da Associação de Apoio à Criança; e «Especialização no Acolhimento», por Tatiana Cosme, do LIJ Especializado Coração D'Ouro, de Gondomar.

Os dois primeiros workshops foram moderados por Filomena Bordalo, assessora da CNIS, que no final elogiou a partilha ocorrida nessas duas sessões.

“No primeiro estivemos a partilhar as questões da autonomia das crianças que são acolhidas em instituições e ficou muito claro que a autonomia tem que ser encarada sob duas perspetivas. A de que é um processo de construção no dia-a-dia, portanto, um processo dinâmico e participado e que acontece desde que a criança entra na instituição. A outra perspetiva é no momento formal da autonomia, quando as medidas de promoção e proteção terminam, ou seja, quando os

jovens chegam aos 21 anos e estas medidas acabam, em que surge uma outra questão: como colaborar com estes jovens neste processo da sua autonomia, que muitas vezes os apanha no meio de um percurso escolar, ou no meio de um percurso de vida em que não têm emprego? Daí a urgência de se estudar e de se implementar o apartamento de autonomia como resposta social para estas situações”, resumiu Filomena Bordalo, que sobre o segundo workshop que moderou disse: “Partilhámos questões relativas à participação dos jovens na vida, nos seus projetos de vida e no quotidiano das instituições e foi apresentado um projeto do CJSJ, patrocinado pela EDP Solidária. A «Assembleia de Jovens» é um projeto que tem grandes potencialidades, pois há uma grande aprendizagem dos jovens dos princípios e dos valores da cidadania. Isto é algo que vale a pena disseminar para que tornemos os jovens que acolhemos cada vez mais autores e senhores da sua vida e construtores do seu futuro”.

Os outros dois workshops foram moderados por Margarida Pereira, em representação da Cruz Vermelha Portuguesa.

“A Associação de Apoio à Criança, que tem um CAT, apresentou a sua estrutura física e, ao mesmo tempo, a maneira como fazem o acolhimento às crianças e como se desenvolve todo o processo enquanto a criança está acolhida, desde a preparação na chegada à preparação da saída, independentemente se a criança vai para a família biológica ou para uma família adotiva. Foi um excelente contributo”, referiu a moderadora.

Tatiana Cosme apresentou o «modus operandi» do Lar de Infância e Juventude Especializado Coração d'Ouro, de Gondomar, que acolhe apenas raparigas e tem ainda uma curta vida, numa sessão que cativou muitos participantes.

A sessão plenária, da parte da tarde, foi moderada por Tiago Ferreira, do CJSJ, e versou três temas: «Potencialidades e constrangimentos do acolhimento em lares mistos», por Alves Pinto, da Lar de Santa Estefânia; «O trabalho da história de vida em contexto institucional», por Paula Cristina Martins, da Universidade do Minho; e, por fim, «A



transição para a instituição e o papel dos cuidadores no processo de adaptação das crianças e jovens», por Catarina Pinheiro Mota, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

“Abordou-se questões relacionadas com o acolhimento de crianças e jovens em risco. Em concreto, estivemos a falar do relacionamento interpessoal entre os cuidadores e os jovens e o seu efeito a médio e longo prazo no desenvolvimento deles”, disse no final, ao SOLIDARIEDADE, o moderador, acrescentando: “Uma das riquezas deste encontro foi a de complementar as perspetivas mais práticas de quem está no terreno e lida todos os dias com as dificuldades e as potencialidades deste tipo de resposta, mas também a perspetiva da academia baseada em corpos teóricos e em evidências retiradas de estudos realizados”.

Tiago Borges, diretor-técnico do CJSJ, era um homem satisfeito no final do dia, considerando ter sido “um dia muito produtivo, com convidados muito ilustres”, pelo que deixou um convicto desejo: “Queremos repetir mais seminários deste nível”.

De referir ainda a presença de Domingos Bragança, presidente da Câmara Municipal de Guimarães, e Maria Amélia Monteiro, em representação do Centro Distrital da Segurança Social de Braga, na sessão de abertura do Encontro e ainda de Paula Oliveira, vereadora da Ação Social da autarquia vimaranense, e de Conceição Marques,



da Direção da CNIS, na sessão de encerramento, tendo Fernando Xavier, presidente do Centro Juvenil de S. José feito as honras da casa em ambas as sessões.

De notar que a representante da CNIS recordou aos presentes que “promover a elaboração de um manual de boas práticas na área do acolhimento de crianças e jovens em risco faz parte do Programa de Ação da CNIS”, sublinhando a oportunidade do encontro, deixando uma última palavra de “reconhecimento e admiração da CNIS pelo trabalho das instituições” nesta área.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



LAR NOSSA SENHORA DAS DORES, VILA REAL

Há 133 anos a acolher idosos necessitados

No ano em que assinala 133 anos de existência e em que muito mudou, no Mundo e na instituição, desde que em 1882 foram lavrados os primeiros estatutos da instituição, há coisas que permanecem (quase) imutáveis. Serve isto para introduzir uma característica do Lar Nossa Senhora das Dores, de Vila Real, que, apesar de não estar inscrita em nenhum dos regulamentos ou artigo dos atuais estatutos, é uma espécie de «status quo» do quotidiano da secular instituição transmontana: mulheres e homens não se misturam.

“Não há regra nenhuma, mas são os utentes que assim querem. Muito dificilmente se misturam”, explica Maria do Carmo Varejão, diretora-técnica da instituição, aquando da visita do SOLIDARIEDADE. E, de facto, não só os quartos masculinos e femininos estão separados em diferentes alas, como há ainda duas salas de convívio: mulheres de um lado, homens do outro.

“É assim que eles querem, pois é assim que querem estar”, acrescenta a responsável, que aproveita para introduzir a história de fundação da casa, inicialmente designada de Asilo – O Amparo de Nossa Senhora das Dores e com o objetivo de acolher essencialmente... senhoras.

“Esta casa foi instituída pelo legado da senhora Margarida Chaves, vila-realense, que viveu os últimos anos da sua vida em Lisboa, onde, se supõe, terá morrido. O seu legado foi que todo o seu património fosse para fazer uma instituição para acolher pessoas idosas com dificuldades, mas principalmente mulheres”, conta, sublinhando: “Nos primeiros estatutos está escrito que seria para pessoas que tendo vivido de forma abastada no fim da vida apresentassem necessidades. Hoje, seguindo as indicações de dona Margarida Chaves, esta é uma casa que continua a ter mais mulheres do que homens, se bem que na sociedade também existam mais mulheres do que homens. Apesar disso, continuamos a respeitar esta vontade”.

Os primeiros estatutos foram lavrados e aprovados no ano de 1882 e três anos depois foram feitas as primeiras inscrições, tendo entrado na instituição os primeiros cinco residentes, “pessoas de idade, com problemas físicos e com carências”.

Curioso, já para a altura, era a forma de atestar a situação de necessidade das pessoas que poderiam aceder à instituição.

“A situação de carência era atestada por cinco pessoas, entre os quais o equivalente ao que é hoje o presidente da junta de freguesia e o pároco”, explica Maria do Carmo



Varejão.

Hoje com capacidade para 80 utentes, a instituição iniciou atividade em 1885 com cinco residentes. Em 1886 foram compradas as casas que existiam onde hoje se ergue o edifício, cuja construção se iniciou em 1895.

“A primeira parte, a Norte, foi concluída em 1906 e só 40 anos depois foi construída a parte Sul, que arquitetonicamente é praticamente igual. O plano já foi desenhado para ser um lar de idosos, apesar de naquele tempo não se chamar ainda lar. Asilo O Amparo de Nossa Senhora das Dores é o nome que surge nos primeiros estatutos, designação que em 1972 foi alterada para a atual Lar Nossa Senhora das Dores”, conta a diretora-técnica, que refere ainda que o número de utentes foi crescendo ao longo do tempo e à medida que as instalações foram ganhando dimensão e condições.

Por vontade expressa da benemérita, que dá nome à rua onde está sedeadada a instituição, esta devia acolher pessoas do concelho de Vila Real, “algo que se mantém ainda hoje”, diz a responsável, acrescentando: “Recebemos pessoas de fora se não tivermos lista de espera, mas como temos uma lista de espera imensa, vamos mantendo o que ela pediu que se instituisse”.

Como em muitas instituições do género, as listas de espera são vastas, no caso vertente cerca de 200 inscritos, “mas as



inscrições nem sempre são fiáveis, porque há muitas pessoas que estão inscritas em vários sítios”, refere Maria do Carmo Varejão, que realça: “Por vezes quando vamos fazer a nossa visita porque há uma vaga, a pessoa diz que ainda é cedo. As pessoas acamadas é logo na hora, mas as que ainda têm alguma autonomia retardam a entrada no lar”.

Sobre a entrada de novos utentes, a responsável sustenta que nem sempre é fácil a adaptação: “Por vezes é difícil deixar a casa e adaptarem-se a outras regras, porque isto é uma comunidade muito grande. Normalmente é difícil deixar a casa para ir para um sítio completamente diferente, com outras regras, mas as pessoas que realmente querem vir para cá passado algum tempo estão completamente habituadas às regras”.

Atualmente a capacidade do Lar Nossa Senhora das Dores não está completa devido a obras de requalificação que estão em curso. Habitualmente, os números andam em torno de 29 homens e 51 senhoras. “A procura de homens, normalmente, é menor do que a das senhoras, se bem que atualmente temos um número de pedidos de homens maior”, argumenta.

Sobre a intervenção em curso no edifício, a diretora-técnica explica que é preventiva e surge na sequência de uma outra operação levada a efeito no ano passado.

“Até ao fim do ano passado tivemos com um projeto FEDER de sustentabilidade energética, em que houve a instalação de painéis solares, a alteração das caldeiras para caldeiras de condensação, que são mais eficientes, e o revestimento das paredes exteriores para evitar as perdas de calor, apesar destas paredes serem muito grossas”, começa por explicar, prosseguindo: “Na continuação, estamos a substituir o piso que estava ainda com vigas e soalho de madeira, pois era o piso inicial com 120 anos, e está a ser posto cimento. Apesar da idade, o que estava ainda estava muito bom, mas há que cuidar antes que as coisas entrem em colapso”.

Ao contrário do projeto de sustentabilidade e eficiência energética, as obras de requalificação do piso não contam com qualquer apoio financeiro externo.

A necessidade leva a instituição a proceder a esta requalificação, mas outros projetos têm para já que ficar adiados para que não seja posta em causa a sustentabilidade financeira da casa.

“Estamos a implementar um plano de segurança novo, mas tem que ser aos poucos. Já está iniciado e é para continuar”, refere a responsável, acrescentando: “O que pensamos fazer, mas é difícil, é aumentar a capacidade ou o espaço para podermos alterar a ocupação por quarto. No entanto, isso implicaria o alargamento do edifício para uma nova ala, o que para já não pode ser feito, pois envolvia uma aplicação financeira bastante

grande. Por isso, vamos respondendo a estas necessidades mais prementes”.

Nesse sentido, “o Conselho de Administração tem tido uma gestão muito rigorosa para que o dinheiro chegue para as necessidades quotidianas da instituição”, sustenta Maria do Carmo Varejão, que avança alguns procedimentos da instituição no sentido de assegurar a sua sustentabilidade financeira: “O que fazemos, hoje em dia, é tentar que as famílias estejam ativas enquanto presença e, quando têm possibilidades, comecem a participar com alguma coisa, para que se habituem. Para que não pensem que o seu idoso está aqui arrumado e eles nada têm mais que ver com a situação. Tentamos que as famílias, quando podem, participem. E, depois, temos bastantes amigos que têm ajudado esta casa em grande medida, seja com donativos em dinheiro, seja em géneros”.

Nascida do legado de uma benemérita, a instituição ainda hoje consegue atrair benfeitores, sendo a prova viva de que a vontade e o espírito de ajudar ainda está vivo na população.

“Há muitas pessoas que nos ajudam e não são só de Vila Real, temos alguns amigos de fora... Por exemplo, temos um senhor, que nada tem que ver com Vila Real, que tem uma quinta perto do Porto, e que todos os anos e há vários anos oferece uma quantidade imensa de kiwis, acima de 40 caixas de kiwis. E esta é uma contribuição muito boa para a casa”, revela.

Como resultado: “A saúde financeira está equilibrada, porque é preciso saber o que podemos gastar. Há que garantir o essencial e o que vem fora desta esfera tem que se ir gerindo, tal como as obras, que se vão fazendo, mas de forma a não pôr em causa o funcionamento da casa. Temos que saber gerir as coisas e, felizmente, temos alguns amigos que vão ajudando”.

Quanto ao universo dos utentes, Maria do Carmo varejão não tem dúvidas de que “as pessoas estão a chegar à instituição cada vez com mais idade”, traçando de seguida um breve retrato da população residente: “As senhoras têm mais idade e rondam uma média de 82, 83 anos. Os senhores são ligeiramente mais novos com uma média de 81 anos, mas neste momento temos muitos senhores com 90 e mais anos”.

Em fevereiro faleceu aquela que era a utente mais idosa, com 102 anos, sendo que de momento a mais velha tem 98 anos e... “está na instituição há 60 anos”.

Aliás, esta longevidade no interior da instituição não é caso único.

“Temos aqui uma outra utente que está na instituição há 54 anos. Como na altura não havia instituições para receber pessoas com deficiência, e esta senhora é surda-muda, aos 20 anos ela não tinha instituição onde ser acolhida. Temos uma outra senhora



que está cá há mais de 40 anos e que entrou aqui com 14 anos, porque a única família que tinha era uma avó com 80 e muitos anos e tinha um ligeiro atraso mental, sendo que não falava”, conta Maria do Carmo Varejão, que conclui: “Esta casa é para ela a única casa que conhece. Em tempos idos trabalhavam no jardim ou até dentro de casa. Antes de haver as pensões era a forma de participarem a sua estada. No fundo, esta é a casa delas”.

Com um número crescente de situações de demência e com cerca de 25 grandes dependentes acamados, a instituição dá resposta com um corpo de 43 funcionários, dois dos quais são religiosas das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), presentes na instituição desde 1889. A estas duas juntam-se mais três como voluntárias.

VOLUNTARIADO

Confederação Portuguesa dá posse a Conselho Consultivo

A Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) deu posse, no dia 31 de Março, no Instituto São João de Deus, em Lisboa, aos membros do Conselho Consultivo do Voluntariado, criado em Janeiro de 2015. O Conselho Consultivo tem por objeto o debate de temas relacionados com o voluntariado e a produção de opinião face aos acontecimentos da sociedade civil que envolvem e cruzam as dinâmicas de voluntariado, por parte de entidades e personalidades relevantes da sociedade portuguesa. O Conselho pretende contribuir para a preservação e atualização da identidade do voluntariado, através da reflexão e debate sistemático desta realidade; contribuir para a intensificação do papel do voluntariado na sociedade portuguesa; evidenciar o contributo do voluntariado e dos voluntários para o desenvolvimento da cidadania; dar visibilidade à reflexão nacional em termos de voluntariado; realçar

as boas práticas de voluntariado no âmbito nacional; discutir e produzir notas de opinião sobre os temas da sociedade civil que envolvem e cruzam as dinâmicas de voluntariado; elaborar recomendações para a ação da CPV. A Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) foi constituída a 19 de janeiro de 2007. Tem como finalidade representar os voluntários de Portugal e as respetivas organizações, quaisquer que sejam os seus domínios de atividade e contribuir para a defesa dos respetivos direitos e interesses. A CPV congrega atualmente 25 organizações de voluntariado e promotoras de voluntariado - associações singulares, federações e confederações - com variados objetos de atuação, de âmbito nacional. A CPV tem sede em Lisboa. Membros do Conselho Consultivo do Voluntariado: Professor Doutor Adriano Moreira; Dr.ª Cristina Louro; Dr.ª Conceição



Zagalo; Dr.ª Elza Chambel; Dr.ª Isabel Jonet; João Afonso; Dr. José António Murta Rosa; Professor Doutor José Viriato Soromenho-Marques; Dr.ª Fernanda Freitas; Eng.º Mário Parra da Silva; Dr. Nazim Ahmad; Professor Doutor Rogério Roque Amaro; Dr.ª Susana Amador; Professor Doutor Guilherme de Oliveira Martins; Arq.º Monsenhor Victor Feytor Pinto.




**SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
ECONOMIA SOCIAL**

Creche ✓	Centro de dia ✓
Educação pré-escolar ✓	Centro de noite ✓
Atividades de tempos livres ✓	Cantina social ✓
Centro de atividades ocupacionais ✓	Unidade de cuidados continuados ✓
Estrutura residencial para idosos ✓	Clínica ✓
Serviços de apoio domiciliário ✓	Internamento ✓

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

FORMAÇÃO F3M . 2015

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Excel Avançado
- Curso Básico de Hardware
- Internet e Redes Sociais
- O DE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- Gestão de IPSS
- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais

+INFO. em www.f3m.pt

PROTOCOLO

A F3M é o **PARCEIRO ESTRATÉGICO** do Montepio Geral na oferta de software e soluções informáticas para a Economia Social.



Escolha a tecnologia certa para a sua atividade.



COOPERAÇÃO

IPSS poderão acolher idosos abandonados nos hospitais

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) poderão vir a acolher, a partir de maio, idosos abandonados nos hospitais por não terem para onde ir, anunciou o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

As IPSS, o ministério da Saúde e o ministério da Solidariedade e Segurança Social estão a estudar um acordo de cooperação que deverá ser assinado até final de abril, frisou o padre Lino Maia, à margem do I Encontro Nacional de Instituições de Solidariedade, no Porto. “Há pessoas abandonadas nos hospitais, apesar de terem alta, porque não têm retaguarda familiar, nem meios financeiros e,

portanto, nós consideramos que devemos dar a mão a essas pessoas que são as carenciadas entre as carenciadas”, salientou.

Na opinião do presidente da CNIS, e fazendo alusão a uma visão economicista, se essas pessoas estiverem a ocupar camas nos hospitais ficam “mais caras” ao Estado, por isso, é necessário garantir-lhes “algum apoio”. As instituições têm vagas e estão disponíveis para as contratualizar, disse.

Sem números quanto aos idosos que são “deixados” nas unidades hospitalares, Lino Maia considerou haver “picos” que se situam entre o período de férias e as épocas festivas.

Lino Maia frisou que nas grandes

metrópoles os casos de “abandono” de idosos nos hospitais são maiores porque não têm apoio, já nas regiões do interior há uma maior retaguarda familiar.

Nos últimos anos, os passos dados na área social foram “bem dados” e não podem sofrer inversão, frisou. No futuro, o presidente da CNIS considerou que as instituições devem ser vistas como parceiras, entendendo ser importante criar-se uma plataforma do setor para que haja uma “voz” onde todos se reconheçam.

A CNIS, União das Misericórdias Portuguesas e União das Mutualidades Portuguesas assinaram, no final dos trabalhos, um



Pacto de Confiança para regulamentar e reforçar a cooperação entre elas.

AÇORES

Governo reestrutura apoio domiciliário

O Governo Regional dos Açores anunciou que vai reestruturar o serviço de apoio ao domicílio, até 2016, para permitir que os idosos e os dependentes permaneçam mais tempo junto das famílias. “Este programa regional visa duas vertentes: uma primeira, que é de reestruturação dos serviços de apoio ao domicílio, e uma segunda, que é de um apoio dirigido ao cuidador”, salientou a secretária regional da Solidariedade Social, Andreia Cardoso, à margem de uma apresentação a diversas instituições do Programa Regional de Reestruturação do Serviço Domiciliário e de Apoio aos Cuidadores, em Angra do Heroísmo.

A tutela já iniciou, em 2014, um inquérito

às instituições e vai também questionar os familiares dos utentes no sentido de avaliar e caracterizar os serviços de apoio ao domicílio, mas também as necessidades dos utentes que permanecem em casa.

Segundo Andreia Cardoso, o objetivo é perceber onde é que é necessário “aumentar a tipologia de serviços prestados aos utentes e alargar o horário dos serviços prestados ao domicílio”.

Atualmente, a região tem 41 serviços de apoio ao domicílio em todas as ilhas, sendo que de um inquérito a 36 deles, verificou-se que 14 funcionam todos os dias, 15 de segunda a sábado e sete apenas nos dias úteis.

Por outro lado, a tutela vai promover o

descanso do cuidador informal, para evitar que entre em desgaste físico e emocional. Nesse sentido, será criada regulamentação específica para definir os critérios de acolhimento temporário de idosos e dependentes nas instituições, o número de camas reservadas para estas situações e a comparticipação do Governo Regional e do utente.

“É fundamental reservar um conjunto de vagas nas estruturas residenciais que permitam o descanso do cuidador por questões de saúde e outras, mas também a formação e sensibilização dos próprios cuidadores”, salientou Andreia Cardoso.

O programa vai ainda avaliar as listas de espera dos lares residenciais para perceber

o que são as necessidades efetivas de internamento em lar, porque, segundo Andreia Cardoso, a reestruturação do serviço de apoio ao domicílio pode dar resposta a algumas dessas necessidades.

Também o financiamento público às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e às Misericórdias e a participação familiar serão revistas, de acordo com a secretária regional. “Deste inquérito que vai ser feito aos utentes, uma das avaliações que se pretende fazer é se o atual modelo de participação familiar está ou não ajustado àquela que é a possibilidade que a família ou o idoso tem de participar este serviço”, salientou.

AUTISMO

Cooperativa Focus introduz em Portugal modelo de intervenção PRT

A cooperativa de solidariedade social Focus anunciou a introdução em Portugal do modelo de intervenção norte-americano Pivotal Response Treatment (PRT), que desenvolve em cidadãos autistas a comunicação verbal, interação social, aptidão académica e outras competências de autonomia.

Fernando Barbosa, o presidente da Focus - instituição criada em Vale de Cambra para promover soluções inovadoras de apoio à comunidade que lida com Perturbações Globais do Desenvolvimento e do Espectro do Autismo - revelou que a formação nacional na nova metodologia terapêutica se verificará em outubro.

“O problema mais sério que qualquer pessoa com deficiência enfrenta é a incapacidade de utilizar as necessárias competências para participar de forma autónoma na comunidade”, contextualizou o responsável. “Entre os problemas mais significativos para professores, pais e terapeutas que vivem e trabalham

com esses indivíduos, estão os seus défices nas competências de autocuidado, de linguagem e sociais”, acrescentou.

Para intervir nesse domínio, a Focus decidiu assim “introduzir em Portugal o PRT, que é uma das mais validadas intervenções comportamentais no Autismo a nível mundial, revelando-se eficaz no desenvolvimento da comunicação verbal, da atenção conjunta, das interações sociais com pares, das competências de jogo e das tarefas académicas”.

Recomendado ainda para diminuir comportamentos disruptivos e auto-estimulatórios, o PRT é útil não apenas na terapia e intervenção precoce com autistas, mas também no tratamento “de outras incapacidades, em diversos perfis de funcionalidade e em diferentes idades”.

O Pivotal Response Treatment - expressão traduzível por “Tratamento de Resposta Crucial” - foi desenvolvido nos 70

pelos psicólogos Robert Koegel e Lynn Kern Koegel, da Universidade da Califórnia.

O objetivo da intervenção é fornecer a pais, professores e terapeutas de autistas “uma abordagem passo a passo baseada em evidências”, de forma a que educadores e profissionais possam ensinar aos portadores da desordem competências que serão decisivas para a sua vida autónoma.

A “Autism Speaks”, organização norte-americana que promove campanhas de sensibilização para o autismo e investigação científica nessa área, defende, aliás, que, no universo dos diferentes tratamentos comportamentais vigentes, “o PRT é um dos mais bem estudados e validados”.

As Perturbações do Espectro do Autismo expressam-se sobretudo no comprometimento do funcionamento social, num padrão restritivo e repetitivo de interesses, e num conjunto de alterações de desenvolvimento

que conduzem a limitações de linguagem, do sistema motor e ao nível sensorial.

A doença é atribuída a aspetos de ordem ambiental e genética, mas a causa concreta do problema ainda não está apurada e esse mantém-se sem cura, sendo que o único estudo sobre a prevalência da doença em Portugal data de 2005 e indica que cerca de uma pessoa em cada 1000 terá autismo.

Nos Estados Unidos, a estatística mais recente refere que, entre as crianças com oito anos de idades, uma em cada 68 será autista. A nível global, a Focus estima que a desordem afete 1% da população mundial.

O Dia Mundial de Consciencialização do Autismo comemora-se a 2 de Abril. Foi criado em 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de sensibilizar e consciencializar a população mundial sobre esta doença que afeta cerca de 70 milhões de pessoas em todo o Mundo.

JOÃO CARLOS DIAS, PRESIDENTE-ADJUNTO DA CNIS

Tem que haver continuidade para não se pôr tudo em causa

Na candidatura para este mandato o padre Lino Maia apresentou a equipa como sendo uma lista de comunhão. Confirma-se?

Sim, é uma equipa de comunhão. A direção atual reúne sensibilidades que, de alguma forma, até aqui estavam desalinhas. Com o recente ato eleitoral, com a proposta do padre Lino e o empenho de todos, essas sensibilidades foram acolhidas.

Mas havia uma clivagem Porto-Lisboa?

Não. Porto-Lisboa não. A questão não se pode colocar assim. Eu sou de Lisboa, sou vice-presidente da APPACDM de Lisboa, que é uma grande instituição, filiada na Humanitas e na UDIPSS de Lisboa, e sempre houve outros membros da zona de Lisboa a fazer parte da direção da CNIS. Por isso, a questão nesses termos não faz sentido. Tem a ver com sensibilidades diferentes e perspetivas de condução do destino e funcionamento da CNIS. Não mais do que isso.

Mas não podemos esquecer que nas anteriores eleições houve sempre uma lista de oposição conotada com Lisboa. Isso está resolvido?

Está. Houve empenho de todas as partes, de todas as sensibilidades e de alguma forma vamos dar um exemplo ao país, mostrando que não é com divisões que se resolvem os desafios que temos que enfrentar. A CNIS está determinada a dar esse exemplo. A razão do nosso trabalho são as pessoas, não nos é permitido distrair-nos com outras coisas.

A adoção dessas sensibilidades significa também o reconhecimento do trabalho que a CNIS tem feito ao longo destes anos?

Há já algum tempo que a CNIS vem sentindo um forte reconhecimento de vários setores da sociedade. Enfrentávamos, porém, alguns reparos internos. Estamos num novo ciclo. Não me parece que as críticas ou avaliações feitas até ao momento tenham provocado alterações de rumo. A partir do momento em que todos estamos juntos, no mesmo caminho, todos os contributos são de construção com repercussão no nosso trabalho. Servem para reforçar o papel da CNIS.

As diferenças de opinião estão incorporadas na direção da CNIS. Houve necessidade de alguma adaptação?

Não há alteração de rumo da CNIS. O trabalho dos últimos anos tem um objetivo muito simples que é o de representar todas as IPSS sabendo, no entanto, que nem sempre é possível encontrar soluções particulares para esta ou aquela instituição. Esse rumo vai continuar com a firmeza que sempre foi colocada em todos os processos negociais. A comunicação, por exemplo, foi sempre uma questão apontada. Nós que estamos em processos negociais preferimos a discricção e a reserva no tratamento das questões que estão em cima da mesa. Sempre deu resultado e, portanto, não há razões para quaisquer alterações. Os novos elementos hão-de trazer novas perspetivas e enriquecer a CNIS, mas o lema é: "Novos caminhos, Valores de sempre".

Os novos elementos têm que se encaixar nessa máquina que está em grande velocidade...

Eu, quando há nove anos entrei na direção da CNIS, fazia uma ideia da Confederação que não era propriamente aquela que encontrei. Há um processo de adaptação, de percepção da complexidade que existe em todos os dossiês, da diversidade de temas e assuntos, da sua interdependência, do histórico negocial, da subtileza de alguns pequenos pormenores que podem ter resultados muito pesados no futuro. É uma adaptação que leva algum tempo. Foi o que aconteceu comigo. Demorei algum tempo a aperceber-me da forma como estes assuntos devem ser conduzidos para alcançar os resultados pretendidos. É um trabalho muito mastigado, muito pensado, muito refletido. Quem entra, como foi o meu caso, tende a pensar que tudo se pode resolver de um dia para o outro. Também na relação com as instituições de base e com as intermédias existe normalmente a percepção de que alterar a sua forma de participação pode ajudar à construção de melhores decisões. A tradição da CNIS é ouvir as bases, mas não podemos esquecer que a decisão final é um ato "solitário" da direção, que tem em conta todos os contributos, mas não é, nem pode ser, a soma de todas as vontades.

Portanto, o próximo mandato é de continuidade...

Nem podia ser de outra forma. A maior parte das questões de que a CNIS se ocupa estão em desenvolvimento há algum tempo. Têm que ver com processos que estão em dinâmica permanente. A Lei de Bases da Economia Social, a alteração do 119/83 e o novo quadro comunitário, introduzem grandes e novos desafios. Grande parte do trabalho feito nos últimos tempos pela CNIS tem tudo isto em conta. Tem que haver continuidade para não se pôr tudo em causa.

O último mandato foi muito importante. A maneira como a CNIS viu ser reconhecido o seu papel, protegendo as instituições em tempos de crise, representou uma subida de nível quanto ao papel político que a CNIS tem que desempenhar?

É verdade que a CNIS viu reconhecido o seu papel na apreciação das instituições, dos dirigentes e da sociedade em geral. Essa avaliação positiva resulta da forma ativa, determinada, mas muito discreta com que desempenhou a sua missão. O compromisso de cooperação que engloba três ministérios, significa o resultado de um trabalho muito persistente, muito empenhado e sem grande visibilidade durante o todo processo. A relação das IPSS com o Estado é completamente diferente daquela que era há uns anos atrás. Há uma relação de parceria que está no papel e é assumido pelas partes.

A CNIS adotou o estilo do seu presidente, o padre Lino Maia... É para manter?

Obviamente. Há uma estrutura baseada na direção e assessores que já vêm da direção anterior, que é fundamental para o desempenho da Confederação e cuja cara é o padre Lino Maia. Tem sido o garante de equilíbrios, da relação construtiva entre todos os intervenientes com a sua capacidade invulgar de gerar consensos. Ele conduz o grupo ao objetivo final com consenso. Isso é fundamental. Tem sido a tradição nas direções em que participei e esta não vai ser diferente.

Estamos em vésperas de eleições legislativas. O comportamento de equidistância, que é timbre da CNIS,





não sofrerá alterações?

Não se alteraram noutros momentos de mudança nos destinos do país. Tem havido comentários de algumas pessoas de que a CNIS está muito ligada ao poder atual. Mas aconteceu o mesmo com o governo anterior. Assumimos sempre uma relação de parceria. Aquilo que há para discutir e dirimir é feito dentro da negociação. Não se faz cá fora. É o estilo da CNIS. Ir até ao limite, da sua capacidade de influenciar as políticas sociais, mas dentro das suas atribuições e competências. Será assim na mesma. A CNIS tem o seu rumo, tem o seu papel, representa as instituições.

É o seu segundo mandato enquanto presidente-adjunto. No primeiro dizia que iria ser mais adjunto do presidente do que presidente-adjunto. Continuará assim?

Tenho tentado desempenhar um papel de apoio e retaguarda às competências do presidente. As solicitações a que está permanentemente sujeito, não lhe permitem estar em tudo. É preciso complementar a atenção aos pormenores, aos detalhes, de forma desapaixonada, discreta, mas firme. Da minha experiência constatei que, em muitos momentos, é preciso ir além de adjunto e assumir o papel de presidente-adjunto. Cada vez mais. Faça-o com a discrição possível.

E se este for o último mandato do padre Lino Maia admite candidatar-se a presidente da CNIS?

Este mandato começou agora. É uma questão que não se coloca. Mas uma coisa é certa: Nunca pensei fazer parte da direção da CNIS, nem vir a ser presidente-adjunto.

Como perspectiva este mandato de quatro anos da CNIS?

Este primeiro ano é muito complexo. Existem muitas novidades. A Lei de Bases da Economia Social, alterações estatutárias, um novo quadro comunitário, alterações no modo de financiamento das instituições, requalificação das instituições em termos nacionais... Vai ser exigente com necessidade de tomadas de decisão importantes para o futuro. A sociedade portuguesa reconhece o papel das instituições, sobretudo neste período difícil que o país atravessa, amortecendo os efeitos da crise mas, ao fim de 40 anos de regime democrático, estamos numa situação em que o país precisa que nós apostemos no desenvolvimento. Muita coisa ficou por fazer. As IPSS vão ter que abraçar um novo objetivo, tendo uma participação mais ativa no desenvolvimento das pessoas. Não podemos

continuar maioritariamente concentrados no apoio ao resultado das formas de exclusão. Temos que dedicar parte dos nossos recursos a evitar a exclusão. Temos que apostar na construção de projetos de vida. Esse vai ser o grande desafio a par da sustentabilidade do setor.

O Portugal 2020 é uma oportunidade. As IPSS estão preparadas para a aproveitar?

Todas as instituições que estão no terreno, com as suas diferenças a todos os níveis, têm que se preparar para esta oportunidade. A CNIS vai ter que ser capaz de olhar para as diferentes IPSS e ajudá-las a descobrir a forma de aproveitarem as iniciativas do quadro comunitário. É complexo, a maior parte das instituições pode não estar apta por si só a aceder aos financiamentos e aos projetos, e a CNIS tem, por isso, que desenvolver uma nova competência para ajudar a catapultar estas instituições. A direção está consciente da necessidade e da responsabilidade de desenvolver esta aptidão.

Que impacto é que o setor pode sofrer com o Portugal 2020?

Este é um setor que tem tido um reconhecimento público, sobretudo pela sua insubstituível utilidade. Assistimos agora a um maior envolvimento e interesse de todos os setores na economia social, o que em si é um bom sinal. Importa, no entanto, garantir que os recursos que já estão no terreno não venham a ser substituídos por outros que provoquem a destruição da malha social que tem uma raiz secular de verdadeira solidariedade, de movimento associativo, de iniciativa da sociedade civil e se transforme apenas num modelo empresarial em que as pessoas acabem reduzidas a meros clientes.

A célebre diferença entre o setor social e o setor social solidário...

Portugal tem algumas particularidades que não estão devidamente vertidas nos estudos sobre o setor social. Será um disparate formatar o setor social sem ter isso em conta. Não vale a pena enveredarmos por modas importadas de outras realidades. Há algumas tendências que vão nesse sentido. Temos virtualidades que não podemos perder. A capacidade da sociedade civil se organizar para resolver problemas, que são assunto do Estado, é uma característica única. Não podemos desperdiçar o que temos de melhor. A cooperação responsável com base em compromissos estáveis é a solução.

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



O norte de África e o terrorismo islâmico

Foto: D.R.



O recente ataque a um dos mais famosos museus da cidade Túnis, o museu do Bardo, veio confirmar os receios que acompanham a expansão do “estado islâmico” para o norte de África. Por se tratar de um museu, e pelo facto de algumas das vítimas do atentado fazerem parte de um grupo de turistas que participava num cruzeiro pelo Mediterrâneo, a notícia teve um grande impacto na maioria dos países da Europa, alguns dos quais parece não terem avaliado ainda suficientemente a ameaça da nova “guerra santa” liderada pelo EI.

Por muitas razões, o norte do continente africano transformou-se em terreno fértil para o crescimento de grupos islâmicos radicais, muitos deles com ligações à Al Qaeda, ligações que deram origem à AQMI, ou a Al Qaeda do Magreb Islâmico. A morte de Ossama Bin Laden representou um duro golpe para esta organização, mas o aparecimento e afirmação de um novo califado, ainda mais radical e ambicioso, veio renovar a militância desses grupos, cujo centro congregador mais próximo se situa na Líbia, um país que, após o desaparecimento de Kadhafi, mergulhou numa anarquia tão abrangente como perigosa. Os centros de acampamento e de treino dos voluntários que pretendem integrar as forças do novo califado situam-se bem perto da fronteira com a Tunísia, e esta corre assim o risco de se transformar em alvo fácil para esses militantes da nova djhiad. O que aconteceu com o ataque ao museu do Pardo é apenas um exemplo.

Foi na Tunísia que nasceu a chamada primavera árabe. Esta chegou a outros países, mas teve uma duração demasiado efémera e não deixou muitos sinais a não ser na própria Tunísia que resistiu, embora com muitas dificuldades, aos problemas levantados por avanços e recuos na procura da democracia social e política que tão festejada foi na sequência da queda de Ben Ali, em 2011. Esses avanços e recuos estiveram ligados à afirmação de partidos mais ou menos conotados com o islamismo, chegando-se a temer que a ditadura laica de Ben Ali viesse a ser substituída por uma ditadura confessional, protagonizada pelo partido Ennahda, o que não chegou a acontecer. Razão mais que suficiente para os radicais do novo califado tentarem integrar a Tunísia no mapa geopolítico do seu “estado islâmico”.

Para já, ainda não o conseguiram, mas nada garante que não continuem a tentar.

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Privacidade fiscal sob penhora

Agora que tudo estava a tudo a correr tão bem no reino da Autoridade Tributária, rebentou a bomba da designada lista VIP que teima (e bem) em manter-se no debate mediático, fazendo-nos chegar, dia após dia, novas revelações que em nada abonam sobre a forma como elementares direitos de privacidade estão a ser objeto de devassa pública!

Apesar de nem sempre ser simpática a missão de exigir aos cidadãos o pagamento, a tempo e horas, dos seus impostos, todos reconheceremos que há uma “dimensão social” na exigência do contributo de TODOS para que não falte “a cada um” os elementares serviços públicos a quem, por direito de cidadania, deles vier a necessitar. Até aqui tudo bem.

Ninguém poderá contestar a necessidade de um bom sistema de recolha de impostos, desde que alicerçado numa prática de “equidade e proporcionalidade” no estabelecimento das obrigações de cidadãos, individual ou coletivamente considerados, o que sem sempre acontece!

Porém, o que não passava pela cabeça de ninguém, e agora, a propósito da lista VIP, saltou para a ribalta de aceso debate público, é que, dados protegidos por lei, possam estar à mercê de devassa por milhares de pessoas que lhes podem aceder, sabe-se lá para que efeitos!

É que, no fisco como na justiça, o que começa a ser designado como “fuga de informações” depressa evolui para “venda de informações protegidas por sigilo” para fins inconfessáveis.

Felizmente que a Comissão da Proteção de Dados entrou em cena! Não permitamos que “penhorem a nossa situação fiscal”, um reduto apetecível para certas pessoas, que podem ser tentadas a recorrer à fobia de uma “curiosidade mórbida”, para fazerem uma má gestão de direitos protegidos por lei, sabe-se lá com que intentos!



Foto: D.R.



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

Perto e Longe

1 - Escrevo estas Notas nas Rias Baixas, na Galiza, para cujo mar vou descansar sempre que posso e o tempo permite.

É um bom ponto para olhar para Portugal: suficientemente longe para ver de fora, com um outro olhar, menos enevoado pela proximidade e pela miopia; e suficientemente perto para poder regressar em duas horas de viagem, sempre por auto-estrada, para receber na aldeia a visita do compasso, como desta vez sucede.

Tenho aqui escrito várias vezes, nestas crónicas, que quase se não sente a passagem dessa fronteira que já não existe - o clima, a paisagem, a língua, as pessoas, são iguais aos que conheço deste lado do rio Minho, com poucas variações: é certo que o mar é mais aconchegado às terras que banha, com ondulação mais branda e cariciosa do que o mar aberto e bravo da nossa costa atlântica; o alvarinho é talvez também mais macio do que o nosso; o pão, bem melhor; e a selva urbana é porventura ainda pior.

Mas o País é o mesmo, sendo esta Galiza onde me acolho a continuação, com outro nome, do Norte de Portugal onde vivo.

Para me sentir ainda mais em casa, desta vez até entrei em directo no programa de rádio que, fez esta Sexta-Feira Santa 18 anos, mantenho com o Pe. José Maia, a Dr^a Goreti Teixeira e o Dr. Victor Pinto – o Porto de Abrigo, na nossa comum cidade do Porto.

Mas há também, a outro nível, mais por dentro, diferenças sensíveis.

Por exemplo, ontem, Sexta-Feira Santa, nem uma loja encontrei aberta em vários quilómetros em volta do meu poiso: nem um supermercado, nem um centro comercial, nem uma mercearia.

E hoje, Sábado de Aleluia, quando fui à banca habitual para comprar o jornal do costume, “A Voz de Galicia”, informaram-me que, em toda a Espanha, não saíra nenhum jornal, porque que na Sexta-Feira Santa ninguém trabalha – nem mesmo os jornalistas.

2 – Ainda recordo bem o tempo em



que, em Portugal, tudo estava fechado ao domingo – menos as igrejas, claro.

O mesmo sucedia nos dias feriados.

O pão que comíamos era de véspera, e tinha de ser torrado, porque nenhum padeiro cozia pão no dia de descanso.

Nem podia, que a tal se opunha a lei então em vigor.

A não ser em povoações das periferias das cidades, em que alguns padeiros coziavam regueifa, que vinham vender à cidade, em furgonetas, à saída das missas.

As lojas, todas fechadas – menos os cafés e os restaurantes.

Aos poucos, essas regras, esses hábitos, tudo isso foi acabando.

A era dos centros comerciais – instituição de que temos o recorde europeu –, essas novas catedrais, que substituíram no movimento, no culto e nas peregrinações os antigos templos religiosos, foi, devagar, quase sem se dar por ela, modificando esse nosso antigo mundo pacato e regular.

As multidões que antes acorriam às missas, cumprem hoje o preceito com uma deslocação familiar ao Dolce Vita ou ao Parque Nascente, ao Continente ou ao Pingo Doce.

Mesmo se queremos ver um filme, já não dispomos hoje de nenhum cinema em edifício próprio, com a cenografia a que nos habituámos e que o ritual de ir ao cinema trazia consigo: plateia, balcão, frisas, camarotes, cadeiras de veludo vermelho,

átrio com espelhos e colunas, dourados e retratos de artistas.

Só nas salas multi-qualquer coisa, num centro comercial, é que hoje passam filmes – os mesmos em todas as salas e em rápida rotação.

Aos centros comerciais, em matéria de abertura aos domingos e feriados, seguiram-se as outras lojas, em defesa da sua própria sobrevivência, ameaçada pela concorrência selvagem dos grandes potentados.

Primeiro, as lojas “gourmet”, em regra com mão-de-obra familiar.

Depois, as lojas comuns – de início, só algumas; agora, quase todas ...

E o pão-trigo, que tínhamos que torrar em tempos não muito distantes, para acompanhar as refeições de domingo, têmo-lo à mão agora em cada esquina, nas casas de pão quente, com mais ar e fermento do que cereal.

Durante alguns anos, o 1º de Maio, por razões de forte simbolismo, foi o último dia de descanso efectivamente cumprido, o último sobrevivente dessa exigência de encerramento nos dias de descanso obrigatório (ainda se chama assim no Código do Trabalho).

Mas nem esse resistiu durante muito tempo à rasoira dos direitos de quem trabalha.

E já há muito que, no 1º de Maio como nos demais feriados e domingos, não falta

onde ir comprar os bens do nosso conforto.

E do desconforto dos outros: os que trabalham para nós no dia de descanso.

3 – Quem é do Porto, não pode deixar de honrar particularmente a memória de Manoel de Oliveira, agora falecido.

Trata-se de um genuíno cidadão do Porto e exemplo das melhores qualidades que aqui sobressaem: nascido no seio da burguesia liberal, que no Porto sempre foi sinal de civilização, de cosmopolitismo e de modernidade, aí também aprendeu a não ter outro senhor que não a si próprio.

Tem sido um início de Primavera azia-go: há uns dias, Herberto Helder, que muito marcou a minha aprendizagem poética; e agora Silva Lopes, um dos poucos economistas do espaço mediático que não proclamava como dogmas as matérias da sua ciência, antes procurava colocar esta ao serviço da felicidade dos homens.

Que é para o que serve.

(P.S.) – Numa das charlas do Raul Solnado, chamada “História da Minha Vida” – essas charlas que fizeram as delícias de quem, pelos anos 60 do século passada, ouvia os seus discos ou assistia às emissões do programa Zip-Zip, da Televisão ... -, o humorista efabula, num registo de contínuo non-sense, sobre a sua vida, começando no seu nascimento e referindo, a dado passo, como ambos, ele e a Mãe, participaram esse nascimento ao Pai:

“Escrevemos ao meu Pai, que trabalhava como escafandrista em Évora e já não vinha a casa há dois anos ...”

E acrescentou, para desfazer equívocos: “Mas a minha Mãe foi a Évora ...”

Esta última frase pegou no discurso popular.

E assim, sempre que, nesses tempos já longínquos, alguém se pretendia referir a uma coisa bizarra, ou incompreensível, era comum expressar essa ideia de incoerência, ou de ininteligibilidade, soltando a frase: “Mas a minha Mãe foi a Évora.”

Ora, há dias, também eu fui a Évora.

Mas por uma boa razão.

Vem neste jornal.

CENTRO SOCIAL DA QUINTA DO ANJO, PALMELA

Conjuntura impede requalificação do Centro de Dia

Tal como em muitos outros pontos do País, em que após a Revolução de Abril de 1974 as mulheres entraram em força no mercado de trabalho, a génese do Centro Social da Quinta do Anjo esteve na necessidade de um conjunto de mães, que não tinha onde deixar os filhos enquanto ia trabalhar.

“Corria o ano de 1979 e um grupo de mães da nossa paróquia criou, num espaço do salão paroquial, uma sala onde poderiam ficar crianças com diversas idades, para que algumas delas e outras pudessem ir trabalhar”, começa por contar António Alpendre Sousa, presidente da instituição, recordando: “Assim começou o Centro Social da Quinta do Anjo, que ganhou estatutos em 1982 e inscrição na SS como IPSS em 1983. Durante alguns anos, com altos e baixos, foi crescendo e, em 1992, era uma pequena instituição com jardim-de-infância que acolhia 50 crianças”.

Com o crescimento da freguesia da Quinta do Anjo, concelho de Palmela, e a criação do polo da Auto Europa e de outras unidades fabris, “as respostas foram cada vez mais necessárias e cada vez mais insuficientes”.

Daí que, em 2005, no âmbito do POPH, a instituição avançou para a construção de uma Creche e, simultaneamente, para a requalificação de todo o equipamento dedicado à infância, o que permitiu aumentar a capacidade de resposta da instituição.

Para fazer face ao investimento de 1,1 milhões de euros, em que orçou a obra, a instituição teve que recorrer à banca, contraindo um empréstimo de perto de 700 mil euros, uma vez que do POPH e de outras ajudas recebeu apenas 400 mil euros.

“A conjuntura atual é manifestamente diferente da que existia em 2005, o que condicionou a nossa situação”, sustenta o presidente da instituição, que acrescenta: “As condições da generalidade das famílias mudaram muito, algumas radicalmente, o que fez com que ficassemos com muito menos receita do que o esperado. As receitas, em cinco anos, decresceram perto de seis mil euros/mês. Todos os anos superamos as respostas em número de utentes o que nos tem permitido sobreviver, embora com algumas situações de aperto”.

Alpendre Sousa mostra-se preocupado com o futuro, apesar de a situação da instituição ser, atualmente, estável, apesar das dificuldades e da exigência de uma gestão muito rigorosa.

“O barco vai navegando, ainda não fomos ao fundo. Já tivemos aí umas situações mais apertadas, em que tivemos que ter a

compreensão das pessoas por causa de subsídios e coisas do género, mas as coisas agora estão todas controladas”, explica, não deixando de mostrar alguma preocupação: “No entanto, as coisas podem abanar, porque de vez em quando temos situações de alguns meses em que os pais não podem pagar e se houver meia-dúzia de pais que não consigam pagar, se houver subsídios ou acertos a fazer com a Segurança Social, em especial do RSI, isso cria um bolo de 30 ou 40 mil euros que já fazem moça. Estamos naquele limbo em que o que entra sai e a gestão é feita por mim e pelo vice-presidente na totalidade do tempo para ter tudo controlado”.

Sem folgas financeiras e com o empréstimo à banca em abatimento, a sustentabilidade do Centro Social é um assunto sempre em cima da mesa.

“O empréstimo, felizmente, já vai em menos de metade, qualquer coisa como 350 mil euros, mas tem sido difícil. E temos conseguido mais ou menos equilibrar as contas porque o número de crianças, ao contrário de muitas outras instituições, não tem decrescido. Temos mantido os números, mas também fruto de uma aposta nossa na qualidade, não da qualificação da instituição, aí estamos ainda a dar os primeiros passos muito devagar, mas no cuidado que temos com a qualificação da resposta social”, sublinha o presidente da instituição, satisfeito com a aposta feita pela Direção: “Apostámos muito na formação das educadoras e das auxiliares de sala. Tivemos esse cuidado e essa aposta foi ganha, porque vamos mantendo um número de crianças o que nos permite ter a situação equilibrada”.

Para Alpendre Sousa avizinham-se tempos difíceis: “Vejo a coisa muito difícil quando sei o que o novo Contrato Coletivo de Trabalho, negociado entre a CNIS e os sindicatos, vai trazer e não estou a ver como vamos encaixar mais esses aumentos. Embora pequenos vão-se repercutir em cerca de 4 a 5% da massa salarial das instituições. Essa percentagem no nosso caso dá qualquer coisa como 50 mil euros/ano, um valor que vai ser muito penoso para a instituição”.

E as dificuldades futuras não passam apenas pelas questões salariais, pois, na opinião de Alpendre Sousa há outras questões na relação com a Segurança Social que deveriam ser revistas, como é o caso das exigências de pessoal para as valências.

“Os rácios de pessoal estão totalmente desenquadrados da realidade das instituições. Se a própria Segurança Social reformula, despede e requalifica o seu pessoal,



como é que nos exigem que tenhamos rácios de pessoal que não são mexidos há mais de 15 anos?”, questiona, deixando

um alerta: “Estes rácios estão totalmente desajustados e a CNIS devia ter uma palavra um bocadinho mais séria no encarar da

questão, porque as coisas assim não estão no bom caminho. É que aqui estamos inseridos numa zona em que se faz respeitar, pela Autoridade para as Condições do Trabalho, todas as normas... e sei que há zonas do País em que essas coisas passam apenas por um aconselhamento”.

Apesar das dificuldades, o Centro Social da Quinta do Anjo tenta prestar o melhor serviço possível à população e nesse sentido a Direção ambiciona requalificar o espaço onde funciona o Centro de Dia, que carece de melhores condições para acolher os mais idosos da freguesia.

“Com as respostas da infância em velocidade cruzado, a grande preocupação, para já, são os idosos. O Centro de Dia funciona no edifício da antiga Casa do Povo, edificação que data de 1945, que carece de obras urgentes e para o qual até já temos um anteprojecto. No entanto, com o empréstimo contraído para requalificar a área da infância ainda em pagamento, seria um suicídio partirmos para outra realização”, argumenta o presidente, que identifica um outro problema no acesso a um eventual financiamento: “Como estamos inseridos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, considerada a região mais rica do País para efeito de programas, esta Direção não vê a possibilidade de submeter projetos e, portanto, melhorar estas instalações. Também não vislumbramos o aparecimento do mecenasato social, nem da tão proclamada ajuda da responsabilidade social das empresas, porque a maioria delas já só pensam em ter as portas abertas. Face a estas perspectivas, limitamo-nos a fazer pequenas obras de remodelação/manutenção”.

Intervencionar o edifício onde funciona o Centro de Dia é o grande projeto do Centro Social e a grande necessidade, mas a situação económico-financeira da instituição não o permite.

“É urgente requalificar o antigo edifício da Casa do Povo onde funciona o Centro de Dia... Cada vez que olho para ali não penso noutra coisa e era o que gostava de fazer antes de largar a instituição. Na conjuntura atual é muito difícil. Se ainda aqui estiver quando tivermos este empréstimo pago, a primeira medida que tomo é tentar arranjar um financiamento para aquele espaço. Agora, sem este estar pago, é muito complicado”, lamenta o presidente, que explica o que a Direção pretende fazer: “O edifício tem uma cave que está desaproveitada e um pé direito muito alto, pelo que seria tentar fazer ali dois pisos e aproveitar parte do jardim e fazer mais qualquer coisa. Para já era isso... não me inclino muito para lá, mas não era nada que não pudesse ser equacionado. Contudo, para já é urgente dar outras condições ao Centro de Dia e de apoio ao SAD”.

Atualmente, o Centro Social dá resposta na área da infância a um total de 260

crianças – 74 em Creche (com Berçário), 120 em Pré-escolar e 66 em ATL –, na da terceira idade a 95 idosos, 60 em SAD e 35 em Centro de Dia e ainda um vasto apoio em termos de ação social, seja em géneros alimentares a cerca de 120 famílias – Banco Alimentar Contra a Fome (42), FEAC (40) e Cantina Social (38, num total de 65 pessoas), seja no apoio ao RSI, que tem como área de intervenção as freguesias de Palmela, Quinta do Anjo e Azeitão, com acordo para 140 famílias embora dê resposta a mais 100, e ainda com um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) de apoio a cerca de 450 desempregados.

“O GIP foi criado porque, apesar de nunca ter estado desempregado, fazia-me confusão por que é que as pessoas da Quinta do Anjo tinham que ir a Palmela, a Setúbal ou a Azeitão fazer a sua apresentação. Apesar de ser freguesia, não tinha esse serviço e nós abraçamos a situação. E isto são coisas que, passado algum tempo, nos começam a dar despesa, porque a funcionária tem progressão na carreira e o Centro de Emprego só dá dois IAS... Resumindo, um terço da despesa é subsidiada pela instituição, mas em prol da comunidade. Por isso, penso que é uma boa aposta. O RSI começou por ser só na Quinta do Anjo e Palmela, mas em 2004 houve o alargamento para Azeitão a pedido da Segurança Social. Aceitámos mas também é uma valência que nos dá prejuízo, pois já são 240 famílias, mais 100 do que o Acordo estabelecido”, afirma o presidente, que no entanto olha para estas situações como um investimento nas pessoas: “A instituição tem que ser vista como um todo e não apenas através de determinadas valências e há que tirar dividendos de umas para as outras e fazer o apoio às famílias e às pessoas como devemos fazer”.

Perante o exposto, é caso para dizer que o Centro Social da Quinta do Anjo é um verdadeiro polvo social.

“É verdade, com tentáculos a tocar em todas as áreas, mas tem que ser assim senão não há subsistência possível para as instituições”, sustenta Alpendre Sousa, que deixa uma crítica: “É pena que neste quadro em que se fala que as autarquias vão ficar com um peso maior nas áreas da educação, da ação social e da saúde, a autarquia de Palmela pareça estar a desinvestir um bocado nas instituições. Penso que não o devia fazer, porque acho que dentro do que fazemos seríamos um parceiro privilegiado para que a autarquia encarasse de bom grado aquilo que lhe estão a meter nas mãos. A autarquia tem baixado o seu grau de envolvimento com as instituições e, por vezes, tem concorrido com as mesmas, veja-se o caso das salas de Pré-escolar, com a abertura de dois centros escolares na zona. Via com bom grado que a autarquia pensasse com as instituições como poderia



responder melhor à situação da transferência de competências”.

Considerando o Centro Social “uma pedra fundamental na Quinta do Anjo”, Alpendre Sousa não equaciona que, apesar das dificuldades, a instituição possa um dia fechar.

“Admito que se reformule, que responda de outra maneira, mas não vejo o Centro Social a poder fechar”, sustenta, deixando

um apelo: “O lema das IPSS é servir aqueles que mais precisam e o que espero é que esta frase não venha a aplicar-se ao Centro Social e aos nossos 85 colaboradores assalariados e mais 17 voluntários, elementos dos órgãos sociais incluídos”.

É importante que assim seja na Quinta do Anjo, mas igualmente por esse País fora.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



TAXA DE DESEMPREGO

De novo acima dos 14 por cento

A taxa de desemprego estimada pelo INE para o mês de Fevereiro foi de 14,1%, um aumento de três décimas face aos 13,8% de Janeiro (valor revisto em alta), e um regresso a valores acima dos 14% da população activa, uma barreira que tinha sido cortada há um ano, avançou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

O INE dá conta de que a "população desempregada foi estimada em 719,6 mil pessoas, o que representa um acréscimo de 1,7% face a Janeiro de 2015 (mais 11,7 mil)" e que "a população empregada foi estimada em 4,399 mil pessoas, diminuindo 0,3% (menos 11,1mil) face ao mês anterior".

Os números avançados pelo INE, que desde Outubro publica mensalmente uma estimativa de taxa de desemprego e de população empregada e desempregada, incluem uma revisão em alta do anterior valor da taxa de desemprego de Janeiro de 2015, de 13,3% avançados há um mês, para 13,8%, o que ditou um aumento da

taxa de desemprego no arranque do ano, e não uma diminuição como resultava do valor anterior.

Com os dados agora disponíveis, a taxa de desemprego mensal estará a subir em Portugal desde Setembro de 2014 (13,3%), com a excepção do mês de Novembro, quando estabilizou em 13,5%, para depois continuar a subir para ultrapassar os 14% em Fevereiro de 2014. O valor compara com 14,9% de há um ano.

Em termos etários, os jovens (entre 15 e 24 anos) continuam a ser os mais afectados pelo desemprego: uma taxa de desemprego de 35%, uma subida de cinco décimas face a Janeiro, e uma descida de 1,1 pontos face ao valor de há um ano. A taxa de desemprego entre adultos é mais baixa: 12,4% em Fevereiro, mais duas décimas que no mês anterior, mas também abaixo dos 13,2% de há um ano.

As estimativas avançadas pelo INE são ajustadas de sazonalidade, isto resultam



da aplicação de um filtro que procura ajustar os valores reais ao facto de a economia registar flutuações sazonais ao longo do ano com impacto na actividade e no emprego. Considerando os valores reais,

isto é não ajustados de sazonalidade, a taxa de desemprego em Fevereiro foi de 14,5%, uma subida de quatro décimas face a Janeiro, e um valor que compara com 15,3% de há um ano.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:
INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM
WWW.TSR.PT
[+351] 939 729 729
TSR@TSR.PT



ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA
INTERNET



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

CONSIGO, HÁ 20 ANOS

OBRIGADO



- TSR - CONTABILIDADE ESNL
- TSR - UTENTES IPSS
- TSR - UTENTES CT (AT)
- TSR - IMOBILIZADO ESNL
- TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)
- TSR - ORDENADOS
- TSR - UNIDADES DE SAÚDE
- NOVO** TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

- TSR - STOCKS
- TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
(UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E
PAGAMENTOS A FORNECEDORES)
- TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE
- TSR - VIATURAS
- TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

100% CLIENTES SATISFEITOS

**DEMONSTRAÇÕES
GRATUITAS
SEM COMPROMISSO**

GRÁTIS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
FAX: [+351] 253 408 328

APPACDM SABROSA, VILA REAL

Rácio pessoal-utentes é um problema

“... É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre”. Esta frase de José saramago dá as boas-vindas a todos os que entram no sítio da APPACDM Sabrosa na internet e muito do que se faz naquela instituição transmontana está ali dito.

Aliás, foi o deserto de respostas na área da deficiência que fez, no ido ano de 1987, um grupo de pessoas meter mãos à obra e criar aquela que hoje é uma referência no acolhimento e ensino de cidadãos deficientes mentais.

“Não havia atendimento especializado nesta área e este é um concelho com alguns problemas relevantes nesta área da deficiência. Não havendo retaguarda houve necessidade de criação da instituição, que começou por funcionar num pré-fabricado cedido pela Câmara Municipal de Sabrosa”, recorda Maria Helena Lapa, presidente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa, cujo nome, curiosamente, é APPACDM Vila Real – Sabrosa.

“Essa designação surgiu de um erro, mas acabou por dar jeito, pois dá esta abrangência distrital à instituição e permitiu que a instituição se descentralizasse e tivesse um âmbito mais alargado. Desse erro adveio uma situação positiva”, argumenta a presidente, que explica a forma como a instituição transborda as fronteiras da vila de Sabrosa: “O trabalho da instituição limita-se a Sabrosa e, para já, a Alijó, onde temos um lar residencial e uma residência autónoma e estamos com um projeto de abertura de um CAO. O projeto está bem encaminhado, já temos as instalações, cedidas pela Câmara Municipal, que é uma antiga escola primária, falta-nos apenas o Acordo de Cooperação, mas estamos convencidos que também se vai resolver. Noutro âmbito temos um projeto com a Câmara de Murça para a criação de um CAO, no seguimento de uma candidatura que eles fizeram à EDP Solidária, em que nos pediram parceria. Nós entramos com os técnicos e eles com o resto”.

Mas este trabalho para além dos limites de Sabrosa não se fica por aqui, pois, como sustenta Maria Helena Lapa: “Nós não nos prendemos muito com as questões territoriais, se for solicitada a nossa ajuda, nós respondemos”.

Nesse particular, a instituição oferece duas outras respostas que ultrapassam as fronteiras do concelho e até do distrito, que “são o CRI Douro, que cobre vários concelhos do Douro, como Murça, Alijó, Sabrosa,

Vila Real, Régua, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Lamego e Tarouca, em que uma equipa com sede na instituição presta apoio aos agrupamentos escolares desses concelhos, e ainda a Intervenção Precoce, que abrange os concelhos de Murça, Alijó, Sabrosa e Vila Real. São uma espécie de serviços externos, que funcionam a partir da sede em Sabrosa”, acrescenta Luís Correia, diretor-técnico da instituição.

É vasto o universo de utentes que a APPACDM Sabrosa serve. Em termos de Intervenção Precoce, nos referidos quatro concelhos, o Acordo de Cooperação é para 45 utentes, mas a instituição trabalha com 109 crianças, enquanto no Centro de Recursos para a Inclusão Douro, que abrange a referida dezena de concelhos, são 243 utentes. Depois, no edifício-sede em Sabrosa tem 12 alunos na Escola de Ensino Especial, 50 utentes em CAO e cerca de 30 no Centro de Formação Profissional. Acolhe ainda 25 utentes no Lar de Apoio, 10 no Lar Residencial de Sabrosa, 24 no Lar Residencial de Alijó e mais cinco na Residência Autónoma na mesma localidade.

A isto tudo somam-se ainda as 75 famílias apoiadas no âmbito do Rendimento Social de Inserção e ainda a distribuição de alimentos no âmbito do FEAC.

Mas como já foi avançado pela presidente, a instituição quer expandir, dentro do possível, a sua ação, apoiando quem lhe pede parceria.

Nesse sentido, está em marcha o CAO em Alijó, uma parceira com a Câmara e a Junta de Freguesia locais.

“Já temos local, já fizemos o levantamento para as obras necessárias e estamos apenas à espera do Acordo de Cooperação. Depois há também a ideia de criar um CAO em Murça, também em parceria com a Câmara Municipal. E há outra coisa que gostava de implementar, mas até agora os Quadros Comunitários têm estado fechados em termos de investimento, mas com esta nova abertura pode ser que avance, que é a criação de um Lar Residencial aqui em Sabrosa”, sustenta Maria Helena Lapa, explicando: “Este é para já só uma ideia. O Lar que temos atualmente é uma casa alugada e não tem grandes condições, por isso só lá temos 10 utentes. Já se abordou a Câmara, que nos disse que não há grande dificuldade em arranjar o terreno, pois eles também têm interesse. O que pagamos de renda de casa dá-nos para pagar uma prestação ao banco caso tenhamos que recorrer a um empréstimo. Mas nisso somos bastante cautelosos e não nos metemos em investimentos sem



termos alguma almofada para avançar”.

E se quando a instituição nasceu não havia respostas na área da deficiência, a sua necessidade era mais do que evidente, pois o elevado número de pessoas portadoras de deficiência era um problema, que encontra justificação em alguns fatores comuns a qualquer outro local, mas alguns bem específicos da região.

“Há uma razão muito simples que é o consumo exagerado de álcool. O consumo por si só leva a toda uma série de problemas de saúde, mas depois é também a questão cultural e económica, a consanguinidade, o parentesco entre progenitores de muitos jovens que aqui temos, por exemplo. Seria um fator, mas obviamente há outros. Sempre achei que a incidência do consumo



exagerado de álcool é determinante nesta questão”, sustenta Maria Helena Lapa, ao que Luís Correia acrescenta: “Não podemos, desde logo, esquecer que estamos no coração de uma região demarcada... Esta questão é real, mas há também a sensação, pelos números, que esses problemas terão vindo a diminuir. Depois há toda uma série de questões que são comuns a todos os outros lugares, como asfixias à nascença, paralisias cerebrais e outros problemas. Mas, de facto, estava muito ligada ao consumo do álcool e no sul do concelho havia uma outra doença que provocou muitos problemas na área da deficiência, que era o chamado calazar, provocado por um inseto que provocava muitos problemas a este nível. No entanto, já está erradicada há muito tempo, mas pode haver ainda resquícios nas gerações mais velhas”.

Questionados sobre o fim do Ensino Especial e intenção governativa de impor a Escola Inclusiva, os responsáveis pela APPACDM Sabrosa são claros e perentórios.

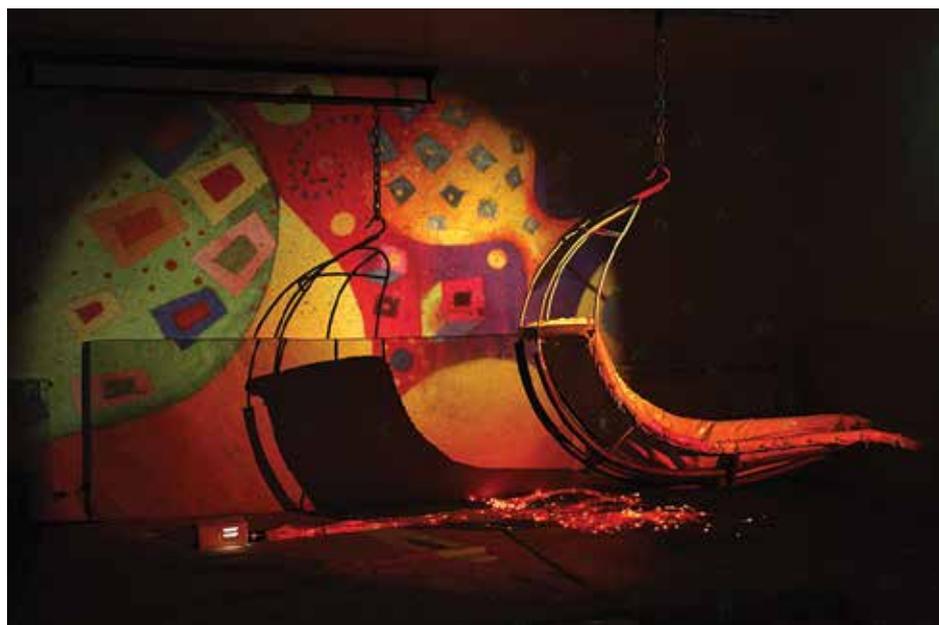
“Não acredito neste modelo, porque as escolas não têm condições físicas, nem têm recursos humanos para atender os casos complicados, que os têm. Enquanto lhes vão dando resposta, os pais não sentem necessidade de institucionalizar as crianças, mas é uma resposta que não é resposta. Há determinado tipo de incapacidade que as próprias escolas podem começar com boa vontade e querer fazer algo com as crianças, mas depois acabam por as encaminhar para as escolas de ensino especial porque não conseguem dar resposta. A filosofia é boa, a questão da integração e tudo isso, só que não passa de teoria. E é utópico, porque nunca vão conseguir fazer um bom trabalho. E eles aqui têm tudo”, argumenta Maria Helena Lapa, ao que o diretor-técnico acrescenta: “Há uma série destes jovens que faz todo o sentido estarem nas escolas e já há muitos anos que defendemos isso. Devemos ter sido das primeiras instituições a aceitar este modelo e a colaborar na sua implementação. Há muito tempo que colaboramos

com as escolas dos concelhos aqui à volta para que elas, com o nosso apoio técnico, consigam de alguma forma dar resposta aos alunos que recebem. Agora, se perguntar a essas escolas se as crianças multideficientes, ou seja, aquelas que precisam de uma pessoa a cuidar delas quase a tempo inteiro, se vão a uma piscina, eles dirão que não. Normalmente, aqui coloca-se o problema com as crianças que usam fralda. E não vão porque as piscinas não as deixam entrar na água. Em contrapartida, aqui temos um equipamento adequado para lhes vestir e os nossos jovens entram no tanque. Depois, atividades como andar a cavalo, fazer trabalhos em cerâmica ou outras «manualidades», as escolas não as conseguem fazer. As escolas vão prestando apoio técnico, porque nós as apoiamos, mas depois quando se trata de passar para um apoio muito mais específico, as escolas não têm capacidade de resposta”.

Apesar destes problemas, Luís Correia continua a defender a integração dos jovens, mas está ciente de que nem todos o podem fazer: “Somos favoráveis a que os jovens devam estar na escola. A instituição continua disponível para aquelas situações em que as escolas veem que não têm capacidade para os receber e para ser também uma peça do sistema. Nós vemos-nos como uma peça muito importante no sistema educativo”.

No dia-a-dia das instituições que trabalham na área da deficiência é recorrente a queixa dos seus responsáveis perante uma questão que levanta grandes problemas às instituições, que muitas vezes não se coloca a IPSS que trabalham nas áreas da infância ou da terceira idade.

“É o problema do rácio pessoal-utentes que é muito elevado. Em alguns casos temos quase um rácio de um colaborador para um jovem. As nossas instituições gastam muito mais e, depois, as exigências destes jovens são diferentes, por exemplo, daquelas que os idosos têm num lar. Para além do problema do rácio, estas instituições têm a necessidade de um corpo técnico que



permita proporcionar a estes jovens um conjunto de atividades permanentes”, argumenta Luís Correia, ao que Maria Helena Lapa acrescenta: “É o cuidado no seu todo, porque muitos destes jovens não têm retaguarda familiar, pelo que é preciso cuidar de tudo o que lhes diz respeito. Por exemplo, o professor Luís é tutor de uns quantos jovens”.

Uma forma de tentar atenuar a situação passa, segundo Luís Correia, pela

integração dos jovens deficientes na comunidade: “Também não podemos esticar as respostas sociais até ao infinito e ter todas as pessoas institucionalizadas. Temos que ser capazes de encontrar respostas para muitos destes jovens na comunidade e estarmos preparados para acolher todos aqueles que não conseguimos integrar na comunidade”.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogemave.pt





José Figueiredo
Economista

O estranho mundo das taxas de juro negativas

Bem-vindos ao admirável mundo novo das taxas de juro nominais negativas.

Durante muito tempo os economistas acreditaram que taxas de juro negativas eram uma aberração. De facto, se o banco me paga taxas negativas sobre os depósitos (se ao fim de um ano tenho menos dinheiro do que depusitei) posso levantar o dinheiro e guardá-lo. É certo que o dinheiro rende zero, mas zero, apesar de tudo, é melhor que negativo.

Claro que afirmar que as notas e moedas rendem zero é um tanto ou quanto falacioso.

Ainda pode ser verdade em pequena escala, por exemplo, o dinheiro que vamos tendo na carteira. Contudo, mesmo para esse dinheiro de bolso, o rendimento é, se pensarmos bem, um pouco negativo. Na verdade, de vez em quando perdemos dinheiro, somos enganados nos trocos ou, pior, perdemos a carteira ou somos roubados.

Mas quando pensamos numa escala maior, por exemplo os depósitos que temos no banco, o custo de deter dinheiro pode ser muito maior. Guardar as notas pode ter um custo elevado. É perigoso tê-las em casa – podem atrair criminosos. Os lugares seguros e guardados custam caro.

Mas quanto custa, de facto, guardar o dinheiro em notas e moedas? Na verdade nunca ninguém fez a conta. Até há pouco tempo parecia tão auto-evidente que as taxas de juro nominais não podiam ser negativas que ninguém se deu ao trabalho de calcular quanto custa deter notas e moedas em espécie e, desse modo, estabelecer um patamar racional mínimo para hipotéticas taxas de juro negativas.

Uma forma muito simples de fazer a conta é perguntar aos interessados, isto é, perguntar aos depositantes qual a taxa de juro negativa que suportariam antes de levantar o dinheiro.

Outra forma é calcular o custo efectivo da alternativa, ou seja ter notas e moedas.

Desde logo há que considerar o custo de “armazenamento”, isto é, alugar um cofre seguro num local seguro. Dizem-me que esse custo anda á roda de 1%.

Depois há o custo da inconveniência. De facto é muito mais fácil movimentar dinheiro dobre uma conta de depósito do que andar com ele às costas. Em pequenas quantias

a coisa ainda vai. Agora imaginem o que seria se tivéssemos de pagar tudo em dinheiro. Uma casa? Um carro? A mobília? Os impostos?

Quanto vale a inconveniência?

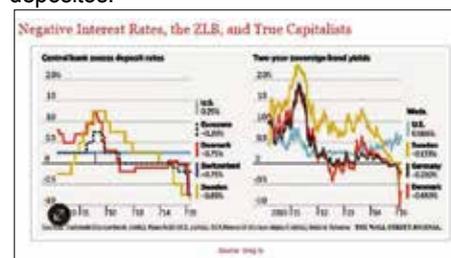
Temos um proxy – o que estamos dispostos a pagar de fees por um cartão de crédito que justamente faz o papel dessa conveniência. Digamos, tipicamente 2% o que, somado com o custo de “armazenamento”, dá 3%, curiosamente o valor que os inquiridos de opinião sugerem quando os depositantes são questionados sobre a matéria.

Convém dizer que no passado, pontual e excepcionalmente, já ocorreram taxas de juro negativas.

Em 2009 o banco central da Suécia terá sido o primeiro a experimentar uma taxa de juro negativa sobre os depósitos, -0,25%.

Contudo, a enxurrada de taxas de juro negativas é um fenómeno relativamente recente.

Começando pelos bancos centrais europeus mais significativos, quase todos com excepção do Banco de Inglaterra praticam actualmente taxas negativas sobre os depósitos.



Este quadro obviamente tem consequências nas taxas de mercado.

Imaginem um banco da zona euro que tem excesso de liquidez e que o tem aplicado em depósitos no banco central.

Isto tem uma multa de 0,20% ao ano. Não é por isso de admirar que esse banco empreste a outro banco (sem risco) a taxas negativas de -0,10% ao ano ou que compre títulos sem risco (dívida alemã, por exemplo) com yields negativos se forem inferiores a -0,20%.

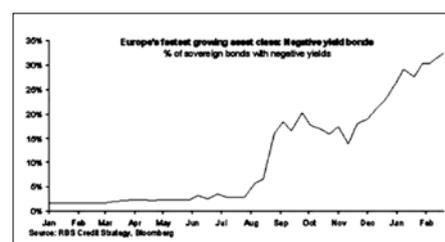
Não se admirem excessivamente se um dia destes os bancos comerciais começarem a praticar taxas negativas nos depósitos dos particulares – isso já acontece em alguns bancos americanos apesar de, curiosamente, nos Estados Unidos os depósitos dos

bancos no banco central ainda terem uma taxa positiva (0,25%).

Mas o que mais tem impressionado a opinião pública são as notícias de que boa parte da dívida soberana europeia tem hoje uma taxa de juro negativa.

De facto assim é.

Actualmente quase um terço do total do stock de dívida soberana emitida na zona euro tem yield negativo. Como se pode verificar o crescimento explosivo deu-se no último meio ano.



Quer isto dizer que agora os governos recebem dos credores para guardar o dinheiro em vez de lhes pagar os juros da dívida?

Pontualmente já há casos desses (a Alemanha já emitiu dívida a 5 anos, no mercado primário, com taxa negativa), mas ainda são raros.

Na verdade, os países da zona euro vão continuar a pagar contas de juro com algum significado. De acordo com o WEO do FMI as contas de juros em países seleccionados da zona euro vão manter-se mais ou menos estáveis até ao final da década.



Isto pode parecer um paradoxo e para o desmontar temos de ser mais específicos e ir a algum detalhe. Quando se diz que a dívida soberana paga um yield negativo estamos, em geral, a referir-nos a transacções no mercado secundário, ou seja, de títulos já emitidos.

Imaginem um título de 1.000 euros que foi emitido em 2010, por 10 anos e com uma taxa de juro de 5%.

Esse título está cotado na bolsa e tem transacções diárias. Imaginem que alguém oferece hoje por esse título (para simplificar na data aniversária) 1.260 euros.

Esse investidor vai receber juros de 50 euros por ano durante 5 anos e no final vai receber os 1.000 euros de amortização do título.

Feitas as contas, isto dá um rendimento negativo de 0,17%/ano. Mas isso só se aplica ao investidor actual. Para o emissor, o estado, os juros continuam onde sempre estiveram, ou seja, os 50 euros por ano. Obviamente quem fez um bom negócio, em princípio, foi o vendedor do título que, provavelmente, fez uma boa mais-valia.

Mas porque há-de alguém fazer um investimento destes? Why on earth há-de alguém investir com perda garantida?

Uma primeira explicação é que a alternativa pode ser uma perda pior. Por exemplo alguém que tenha o dinheiro numa conta com remuneração negativa – hoje um banco quando deposita no BCE, no futuro, quem sabe, um particular. Se amanhã me pedirem 0,5% ao ano para me guardar o dinheiro num banco pode ser interessante comprar dívida pública com yield negativo de 0,25% – sempre é menos perda!

Mas será que a perda é mesmo garantida?

Bom, aqui entraríamos em matéria especializada e algo complexa. Vou só comentar um caso em que a perda está longe de ser garantida.

Imaginem que eu sou um cidadão bem informado e que tomei devida nota de que o BCE vai comprar carradas de títulos de dívida soberana.

Vem nos livros que quando aparece alguém a comprar uma grande quantidade de um activo, cuja oferta é fixa, o preço tem de subir.

Ou seja, o investidor que aceitou um yield ligeiramente negativo pode fazer uma boa mais-valia quando vender o título ao BCE ou um qualquer comprador intermédio.

Mas isto apenas descreve o mundo exótico onde entrámos. Verdadeiramente importante seria saber: a) – como chegámos a um mundo de taxas de juro nominais negativas? b) – as taxas negativas estão para ficar ou isto é um fenómeno passageiro?

Espero poder voltar a este tema.

Escolaridade da população adulta portuguesa entre as piores dos 34 países da organização

O secretário-geral da OCDE defendeu a necessidade de aumentar os níveis de escolaridade da população portuguesa, que colocam Portugal entre os três países da OCDE com a mais baixa percentagem de adultos sem ensino secundário completo. "62% da população entre os 25 e os 64 anos não concluíram o ensino secundário", afirmou Angel Gurría, secretário-geral da OCDE durante a apresentação do Relatório de Diagnóstico: Portugal 2015, lembrando que esta é a "terceira percentagem mais elevada na área da OCDE".

Para o representante da OCDE, organismo responsável pelo relatório apresentado no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, é preciso "trabalhar nesse ponto".

O documento faz um diagnóstico da situação do país e "fornece um quadro útil para desenvolver políticas integradas" em três pilares: desenvolvimento de competências desde a infância até à idade adulta; capacidade de oferecer competências no mercado de trabalho e utilizar as competências na economia e mercado de

trabalho, explicou.

No que toca à educação, Angel Gurría começou por sublinhar as melhorias registadas nos últimos anos, lembrando que "Portugal é hoje um dos poucos países" que conseguiu reduzir o número de alunos com fraco desempenho e melhorar os resultados dos estudantes a matemática.

A melhoria do acesso ao ensino básico e a qualidade do sistema de ensino foram outras das melhorias registadas no documento intitulado "Estratégias de Competências da OCDE. Relatório de Diagnóstico: Portugal 2015".

No entanto, também existem alguns indicadores preocupantes, como "a origem socioeconómica dos alunos continuar a ter um impacto acima da média nos resultados académicos" ou as taxas de abandono escolar e retenção continuarem elevadas.

O relatório aponta o atraso de Portugal em relação aos países mais desenvolvidos no que toca ao nível médio das qualificações da população adulta e jovem, que considera estar "associado à tardia escolarização da população portuguesa, à

reduzida participação da população adulta em atividades de educação e formação certificada e ao abandono escolar precoce dos jovens".

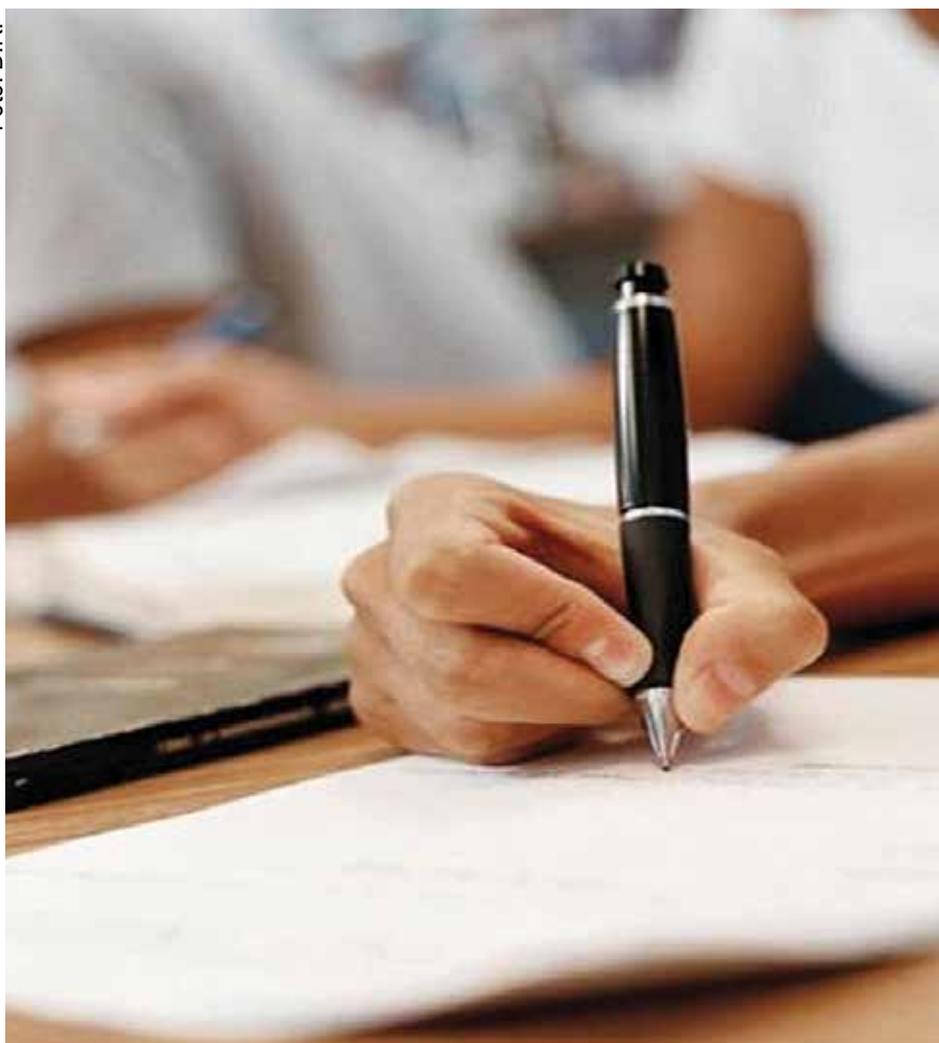
"A inexistência, apesar da melhoria, de um sistema de educação e formação de qualidade e eficiente; e o desajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo mercado de trabalho" são outras das falhas apontadas no documento que defende a necessidade de "intervenções diretas" destinadas a reduzir o abandono escolar e promover o sucesso educativo.

A situação dos jovens conhecidos como os "nem-nem", porque não estão a estudar, nem a trabalhar nem a fazer qualquer formação, também "merece particular

preocupação", dizem os relatores do documento, lembrando que a percentagem destes jovens atingiu os 16,7% em 2013 (16,2% de homens e 17,2% de mulheres). "Aqui fica o diagnóstico. Mas a cura tem custos", disse o secretário-geral da OCDE no final da sua apresentação, lembrando que agora o desafio é "passar o diagnóstico à ação".

A apresentação do relatório contou com a presença do primeiro-ministro, o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, e o ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional Poiares Maduro, que levou o Angel Gurría a sublinhar "o trabalho hoje está suspenso".

Foto: D.R.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt



Miele
PROFESSIONAL